

“A Escola e a Cidade”

Guimarães, 19/20 de Outubro do 2000

<i>O modelo de gestão educativa</i>	
Jorge Martins	1
<i>A cooperação transfronteiriça na educação</i>	
Margarida Couto	5
<i>La escuela y la ciudad</i>	
Alfons Martinell	9
<i>Porto: viver uma escola diferente</i>	
Ernestina Miranda	27
<i>Vigo por dentro</i>	
Ana Gandón Mendoíña	35
<i>Viana do Castelo: construção de cidade</i>	
Manoel Isaias	41
<i>Projecto Voz Natura</i>	
José A. Díaz Núñez	47
<i>El aprendizaje como descubrimiento</i>	
Fernando Pariente	59
<i>O rol da cidade no proceso de transformación da escola</i>	
Xosé Manuel Iglesias Iglesias	67
<i>Estructuración administrativa dos servicios educativos municipais</i>	
Xurxo Pena	79
<i>Uma escola para a sociedade</i>	
Joao Nogueira	85
<i>A escola no tempo de mudança</i>	
Francisca Abreu	93
<i>A educação é um meio social</i>	
Jorge Fonseca	97
<i>A cidade como escenario educativo</i>	
Salomé Álvarez	101
<i>A cidade educadora</i>	
Javier Vilaronga	107
<i>Políticas educativas de las ciudades</i>	
José Luís Méndez Romeu	111

Jorge Martins

Director Regional da Direcção de Educação do Norte

» A primeira consideração tem a ver com o percurso feito ao longo destes últimos 26 anos, em Portugal, em matéria educativa. A ideia de que a educação e o ensino eram da exclusiva responsabilidade do Estado, que inclusive intervinha actuando duma forma muitas vezes drástica na própria definição da oferta de educação e ensino provados, passou dessa fase para uma nova em que se assume que o ensino e a educação não são algo da exclusiva responsabilidade do Estado, mas sim da responsabilidade da sociedade. Que quer isso dizer? Quer dizer que se devolve á sociedade aquilo que sempre foi da sociedade: a decisão última sobre a educação dos nossos filhos, a decisão última sobre a construção da cidadania, a decisão última sobre os recursos mais ou menos avultados de ensino e formação, são matéria de toda a sociedade e não apenas do Estado.



A pesar de tudo, ao longo destes 26 anos criou-se uma espécie de consenso na sociedade portuguesa sobre a educação ser algo que atravessa todos os domínios ideológicos constituindo a primeira das prioridades. Sempre ouvimos dizer que compete ao Estado através do governo central ou das autarquias, determinar qual o tipo de modelo que deve ser adoptado para a administração educativa local, qual o tipo de modelo a adoptar para a gestão diária dos estabelecimentos de ensino, etc.

Penso que essa primeira fase está a terminar. Passámos, nos últimos anos, a uma fase nova, qualitativamente diferente, não na sua essência mas na forma de abordar essa mesma questão. Como é que a sociedade, hoje, assume para si as questões da educação e do ensino? Quase todas as nossas sedes de concelhos, vilas e cidades, existe uma dimensão organizacional de educação e de ensino, às vezes rudimentar, com um vereador responsável pela gestão da educação sózinho; outras vezes, acumula com a agricultura ou com a juventude ou com o desporto, de qualquer forma, há sempre no organigrama geral de organização dos nossos municípios alguém que é supostamente responsável pela gestão da educação, e esse alguém dialoga directamente com as populações e também directamente com o Estado para tratar todo o tipo de questões, desde as mais simples, às questões mais complicadas (como, por ex., o estabelecimento da rede, o que deve ser feito ou suspenso, os transportes escolares, etc.)

Por outro lado, há também nesses mesmos municípios, um desenho das actividades preconizadas pelas câmaras relativamente ao seu parque escolar e à sua população escpñarozada: “que vamos a fazer, que datas vamos assinalar, como é que vamos mobilizar as crianças pequeninas do pré-escolar para determinado tipo de assuntos, que são importantes, como é que vamos a mobilizar os professores ou como é que os vamos organizar as festas de homenagem ou de despedida dos professores aposentados, etc...” Tudo isso, duma forma geral existe.

Então qual é o novo passo?. Penso que se está a passar deste “modelo de cooperação” para um “modelo de integração” de tipo novo: já não é a cidade e a educação ou a cidade eo ensino, mas sim, a cidade que educa, a cidade educativa e educadora.

A cidade, ao ser pensada, ao ser planeada, ao ser projectada (e ela vai sendo projectada todos os dias) tem que ter em conta que, em todos os seus espaços, físicos, mas também espaços culturais, espaços imateriais, para ser abrangente, tem que assumir o seu papel de instrumento activo da educação. A educação não acontece apenas dentro dos muros da escola ou dentro dos muros da sala de aula, ou não acontece apenas em espaços que a população identifica como sendo espaços exclusivos de educação; a educação tem que acontecer nas ruas, nos transportes, nos jardins, nos museus, nos espaços públicos de lazer, etc. No seu desenvolvimento geral qualquer cidade pode ter projectos educativos muito interessantes, mas serão sempre “frios” se, simultaneamente, aquilo que é a construção do cidadão ou construção da cidadania para o cidadão pequenino que inicia a sua formação, não for escorado nos aspectos cívicos-educativos, tão simples como o caminho casa-escola. Provalmente esse pequeno cidadão vai-se confrontar com este paradoxo: “eu aprendo algumas coisas na escola, sobre o ambiente, sobre a saúde, sobre a segurança enfim sobre toda uma série de problemas que hoje nos preocupam, mas na minha cidade, na minha cidade não encontro nada disso!”.

Importa sublinhar a importância, não só das experiências inovadoras que vão ser aqui descritas e mostradas, mas também para o salto em frente que é preciso dar. Por isso, deixo aqui este desafio: estamos numa fase de transição e este assunto está a ser discutido apenas ao nível das grandes cidades (talvez aquelas que hoje tem os problemas maiores). Ora, porque não tratar a questão ao nível das cidades médias e pequenas, onde ainda é possível a acção integrada dos técnicos –desde os arquitectos, os paisagistas até os técnicos de saúde ou de segurança até...enfim aos professores- e onde pudessem ter espaços, tempo, acções para planear, não cidades que se distanciam da educação do ponto de vista da sua vida urbana, mas cidades que fossem elas próprias educadoras, pen-



sando em toda uma série de coisas tão simples como tomar educadores os trajectos que os alunos têm que fazer todos os dias, entre a sua casa, e a sua escola, a pé muitas vezes.

É hoje, possível e desejável intervir educativamente na maioria de coisas tão simples, mas que diariamente formam o nosso pequeno cidadão! ◀◀



A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIZA NA EDUCAÇÃO

Margarida Couto

Coordenadora da Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal

» A comunidade de trabalho iniciou a sua actividade em 1990 practicamente, iniciou essa actividade nessa altura e iniciou-a duma forma que neste momento já não é aquilo que nós podemos considerar a globalização duma região Galiza, norte de Portugal . Conseguimos agora reunir esforços no sentido de congregar estas duas instituições no mesmo objectivo que é o do desenvolvimento harmonioso deu a região Galiza norte de Portugal.

Eu não sei se todos tem a noção neste espaço: vai desde a Corunha até ao limite administrativo da região norte aquilo que vulgarmente é conhecido como área da divisão da região norte, neste espaço que não tem mais do que 350 kms, vivem cerca de seis milhões e meio de pessoas. Temos neste espaço a população mais jovem da Europa, isto tras responsabilidades acrescidas, particularmente nesta área de debate que hoje aqui se inicia, e eu gostaria também de felicitar o Eixo Atlântico por esta iniciativa. De facto no contexto demográfico como é o nosso, num contexto onde as características populacionais como é a nossa, preocupar-se com questões como esta, da escola e da vivência da cidade e dos seus jovens neste contexto, na minha opinião é de extrema impor-



tância que os objectivos que estão definidos para esta iniciativa, são também objectivos que nós já colhemos, constituem preocupações da comunidade de trabalho Galiza norte de Portugal. A comunidade de trabalho Portugal tem como objectivo promover o movimento harmonioso, integrado das duas regiões, da Galiza e do norte de Portugal, particularmente eliminar o efeito fronteiro que ocorre fundamentalmente aspectos ligados à gestão pública a gestão pública administrativa, normalmente são dificuldades impostas pelos dois governos, no nosso caso pelo governo nacional no caso da Galiza o governo autonómico que muitas vezes criam entraves a livre situação das pessoas, a livre situação dos trabalhadores e ao acesso aos serviços públicos de uma empresa social. Nós tivemos oportunidade de desenvolver também com a ajuda do delegado do trabalho um estudo que tinha como objectivo fazer uma comparação das condições de acesso dos trabalhadores portugueses e galegos à serviços públicos de natureza social dos dois lados da fronteira e então chegamos a esta conclusão que é interessante, mas que por outro lado é preocupante: é que do ponto de vista organizacional do ordenamento jurídico dos dois países tudo estava mais ou menos organizado o que não é de espantar porque ambos os países integram a comunidade europeia, ambos os países tem que acolher legislação comunitária para a vida e para a ordem interna nacional.

Portanto, em termos de ordenamento jurídico as coisas não são complicadas podemos, dizer que a legislação permite o acesso generalizado de igual forma sem qualquer perturbação, dando aos galegos e aos portugueses serviços públicos de natureza social ou seja um português que resida em Vigo, que fique desempregado poderia ter acesso a benefícios sociais dum lado ou outro da fronteira. Curiosamente isto não acontece. Não acontece por questões menores. Por questões de regulamentos internos dos serviços, por questões de procedimentos administrativos e burocráticos.

Estas barreiras que ainda hoje, infelizmente existem tem que ser eliminadas e esta base de trabalho que vão aquí desenvolver é muito importante como tributo porque ao conhecer as experiências, ao conhecer modos as razões de ser determinados projectos e o conteúdo desses projectos nos temos agora que fazer uma aproximação entre os dois modelos de vivência nesta área da acção equitativa e portanto estamos a caminhar para a eliminação dessas barreiras que ainda hoje existem e que eu repito, são quase todas elas de natureza meramente administrativa.

Por outro lado temos uma outra preocupação não é da comunidade de trabalho, onde também os objectivos dessa iniciativa incerem e que para nós será gratificante saber as conclusões e que é assim. Também no âmbito da actividade de trabalho os meios são escassos a comunidade de trabalho e este objectivo de da fronteira vive fundamentalmente de uma iniciativa de fundos postos ao serviço de uma iniciativa comunitária que é o Infra**. INTERREG já estamos agora em fase de preparação e naturalmente, como eu dizia, todos os recursos são escassos e nos temos que começar a ter preocupações de racionalização de meios e de equipamentos que existem ao nível, passou o tempo em que nós podíamos construir, era atractivo que isso se fizesse dadas as regulamentações da própria INTERREG, construímos uma escola em Monção e uma escola em Salvaterra do Minho, cuja distância é exclusivamente 200 ou 300 metros uma da outra.

Isto hoje já não faz sentido com as actuais orientações que estão definidas pela comissão europeia para o desenvolvimento do INTERREG isto é absolutamente impensável. E quem fala em uma escola fala em uma central de tratamento de águas, fala numa captação de águas, fala num centro de recolha de resíduos e tratamento de resíduos sólidos, fala nos diversos equipamentos de uso colectivo que possam existir encima da fronteira no sentido que possam permitir uma melhor qualidade de vida das pessoas.



Então esta racionalização para que conta o INTERREG vai levar necessariamente a que haja uma partilha do equipamento por populações dos dois lados. Nos temos regulamentos jurídicos diferentes, isto terá que significar modelos de gestão desses equipamentos comuns porque nos vamos partilhar o esforço de construção desse equipamento, ambos vamos partilhar o esforço de gestão e em que esse equipamento se encerra, portanto tem que ser modelos partilhados, portanto também nesta matéria as contribuições que daqui possam sair, no sentido de começar a definir os diversos referenciais que devemos acolher para a realização de modelos conjuntos de equipamentos colectivos, e nesta área em particular, das escolas isto é quase que evidente não é a toa que o engenheiro regional da diputação J. M. Sabe perfeitamente que tivemos durante este plano INTERREG uma série de iniciativas que levaram as nossas escolas a Galiza, com um projecto chamado Turmas e que trouxeram turmas completas de escolas da Galiza fazerem vivências durante uma semana, dois, três dias nas nossas escolas, um transplante completo destes jovens faz com que realmente esse espírito de vivência em comum das duas sociedade seja cada vez maior. ◀◀

Alfons Martinell

Profesor Catedrático de Pedagogía
Universidad de Girona

►► Cada ciudad, cada modelo, se construye en relación a su propio contexto y, por tanto, no hay recetas ni modelos de políticas educativas y culturales. Hay unos modelos que se aplican o no se aplican en un determinado contexto y descontextualizarlos generalmente lleva a los fracasos. Yo he estado trece años en la gestión municipal de una ciudad pequeña o mediana y también me apasiona mucho el trabajo en estas ciudades.

No son las grandes metrópolis que configuran un tipo de realidad, como son Barcelona, Madrid, sino que son unas ciudades que buscan de alguna manera, su propia identidad a partir de establecer una calidad de vida y unas posibilidades de adaptación a su contexto. Creo que esto es el Eje Atlántico, pues tiene una medida de ciudades que no está en las grandes metrópolis, pero es donde se están dando procesos muy interesantes de desarrollo local.



Dos consideraciones previas que me parecen necesarias para posicionarme un poco. En primer lugar, ante un mundo en globalización, ante unos procesos de mundialización muy potentes, yo coincido con el sociólogo Manuel Castells cuando dice que a pesar de la globalización, a pesar de Internet, a pesar de que los mercados y naciones están mundializados, las políticas locales, son las que dan respuesta a las necesidades básicas de los ciudadanos. Son las políticas locales las que dan empleo, las que dan seguridad, las que dan educación para nuestros hijos, las que dan posibilidades de consumo, de salud. Es decir, que a partir de la globalización, parece que lo local ha perdido, y lo local está adquiriendo una nueva dimensión y una gran importancia. Por tanto, no tenemos que perder de vista que el trabajo local es imprescindible para los ciudadanos, más allá cuando también los economistas, están planteando que el bienestar ciudadano ya no es un problema local, sino nacional, como estamos viendo en el tema de la emigración. Es decir, que el bienestar nuestro, el bienestar del Magreb es nuestro propio bienestar y el bienestar del vecino es nuestro propio bienestar. Cuando se hablaba aquí en la mesa de que un ciudadano si se encuentra mal, irá al mejor hospital posible que hay e intentará ir a otro, eso está pasando en este momento en España con las Comunidades Autónomas, donde, a pesar de que la sanidad es de éstas, los ciudadanos se mueven y se van a Madrid para encontrar a los mejores especialistas. En todo caso, estamos rompiendo los moldes de pensar que, cuando hacemos política local, solamente estamos pensando en aquellos ciudadanos que están residiendo en nuestra ciudad, o que están empadronados en nuestra ciudad, porque cada vez hay más movimientos. Por ejemplo, la ciudad de Gerona de donde yo soy, al norte de Barcelona a 100Km, es una ciudad que en todo su cono urbano son unos 120.000 habitantes. Cada día entran 30.000 coches de gente que vive fuera y que viene a trabajar a la capital pues es donde hay trabajo. Nosotros no podemos plantear una política de circulación solamente para los ciudadanos, sino para todos los que vienen. Entre estos que entran hay un número importante de turistas, que son base en una comunidad, pero ya cuando pensamos en el bienestar, pensamos en el bienestar de los ciudadanos.

Esto lo digo porque en el año 76 hubo una reunión en Vancouver del habitat, la cumbre de las ciudades en Ginebra, también en el 94, que participó Butros Gali, en el que planteaban un tema fundamental para el futuro y que yo quiero dejar de base, y es que ese día, en el principio del siglo XXI, el 90% de la población vivirá en áreas urbanas. Por ejemplo África, que parece

un continente rural, en este momento, está al 80% de población en áreas urbanas. Estaba hablando de un derecho del que se habla muy poco, el derecho a la ciudad. En esta cumbre del 94 en Ginebra, se habló del derecho a la ciudad. ¿Qué quiere decir? Que cualquier persona cuando está en la ciudad tiene unos derechos, derechos de agua, de saneamientos, de energía, de transporte, de empleo, de tal manera que nos están cuestionando la idea de que, cuando gestionamos una ciudad, no sólo gestionamos para 200.000 ó 1.000.000 de personas que tenemos en nuestro padrón municipal, sino que gestionamos para éstos que pagan sus impuestos pero también para todos los que vienen, circulan, para actividades económicas o para lo que sea. Por tanto, el estar en una ciudad, nos da derecho a una ciudadanía, esto ya es bastante evidente.

Yo no sé de su región a nivel de inmigración, pero el nivel de inmigración de mi país es enorme. Hoy, en el periódico aparece que por cada nuevo habitante, por cada habitante en Cataluña en el año 98 (nacido en el 98), se empadronaron catorce personas que venían de otros países. Es decir, que de cada quince habitantes que se empadronan, uno es nacido en la ciudad y catorce en otro lugar. Eso está pasando en Cataluña, lo que quiere decir que el concepto de ciudad clásico que teníamos está cambiando de forma. Yo vivo cerca de Gerona en un pueblo de 14.000 habitantes, se llama Banyoles. En la escuela central de este pueblo de zona rural catalana ha venido una inmigración africana muy potente porque hay trabajo agrícola y ganadería. O sea que este año en la escuela del centro para niños de tres años, había más negros que blancos. Entonces la gente se planteaba: ¿Ésta es la ciudad?, ¿la nueva ciudad?

Pongo el ejemplo de la emigración porque es muy evidente y muy chocante pero podríamos poner otros. Es decir, cada vez más el concepto de ciudad se está alterando y de esta alteración hemos de estabilizar, hemos de pasar al derecho de ciudad del que hablaba Butros Galli, que me parece bastante interesante porque de alguna manera uno tiene garantías cuando está en la ciudad. Por ejemplo, las regiones turísticas dan estas garantías: usted venga a mi ciudad, consuma en mi ciudad que tiene un desarrollo económico y yo le doy garantías, policía turística, etc. Por tanto, el concepto de ciudad ya no es aquel concepto clásico, administrativo, sino que son lugares de paso, de intercambio de gente de diferentes naciones... gente que estará haciendo turismo. Cuando hablo de turismo no estoy hablando solamente del turismo extranjero, sino de las gentes de otras regiones que viene a tu propia región para las fiestas etc.

Habrá unos cambios importantes que ya en estos momentos estamos observando.

La tercera tendencia es el tema de desarrollo. Considero muy interesante que un Eje Atlántico planteado en claves de desarrollo, de comunicaciones, etc., plantee la educación y la cultura. Hoy en día no se pueden plantear estrategias de desarrollo sino hay estrategias de educación y cultura al lado. El gran problema del desarrollo de los años 70, 80 y las grandes evaluaciones, hasta este momento se está hablando mundialmente del Fondo Monetario Internacional, advierte que no se pueden hacer inversiones si no hay al lado inversión, porque la nueva economía, que va unida al conocimiento, al saber, a la cultura y a ciertas formas de nueva economía que se van incrementando más o menos en según qué regiones, requiere de una capacidad humana bien formada y de un contexto social y cultural que permita el desarrollo de esta nueva economía. Por esto, ciertas ubicaciones de grandes empresas están muy influenciadas por el contexto social y cultural que exista, por tanto, cuando se habla de desarrollo, ya se habla solamente de la industria y las carreteras, sino también de universidades, de escuelas, de el nivel de enseñanza, formación continuada, nivel cultural, posibilidades culturales, es decir, de la vida cultural para las personas que allí se instalen, por tanto todo eso debe tenerse en cuenta. La idea del desarrollo va unida a la idea de cultura y educación, en un sentido muy amplio. Muy bien, esos son tres puntos de entrada para situar que, en los nuevos escenarios donde nos tenemos que mover, en políticas locales y regionales, hemos de tener presente que hay cambios significativos y sobre todo que requieren un cambio de mentalidad profundo de las élites dirigentes, pues si no hay ese cambio de mentalidad se va a perder el tren. Yo les voy a dar algunas pistas, algunas ideas personales, sobre por dónde podemos encontrar lo que yo digo políticas activas que conecten con estos nuevos escenarios. En primer lugar, las relaciones clásicas entre ciudad y educación creo que se han cumplido en un tanto por ciento muy elevado, a pesar de que critiquemos el sistema educativo. La plena escolarización o la casi plena escolarización se ha conseguido. La distribución territorial de universidades, secundarias y otras, se ha conseguido en un tanto por ciento. También hay que tener en cuenta que además del sistema educativo clásico, tenemos sistemas complementarios como son recursos educativos, nuevos educadores; por tanto, se han hecho cosas de iniciativa. Yo creo, que como decía el secretario general, hemos llegado a un cierto nivel en educación y cultura, aunque de ambas nunca ten-

dremos suficiente. Yo empecé mi carrera de maestro en el año 68 y la escuela ha cambiado muchísimo, ha habido importantes mejoras hasta este año 2001. Mi primera experiencia fue una clase de 60 niños de diferentes niveles, en un pueblo con una miseria absoluta. Ésta fue mi primera misión, entonces, ¿quién no evidencia que ha habido cambios? Por ejemplo, en la universidad ha habido cambios; así, Galicia ha pasado a tener diversas universidades en diferentes capitales; en Cataluña también tenemos la universidad de Gerona en la que yo estoy. Es nacida en el 92 y tenemos 14.000 estudiantes, el nivel de formación está en un aumento y, por tanto, estas relaciones clásicas entre ciudad y educación han conseguido una serie de cosas aunque podríamos mejorar algunas y criticar otras muchas, pero a nivel general, podríamos decir que una etapa, es decir, la etapa de un sistema educativo general, se ha conseguido bastante cuando ya se están escolarizando niños de tres a dieciséis años. Éste es un buen objetivo político.

Hemos de tender a consolidar este sistema educativo, a afianzarlo y reformarlo, adaptándolo en función de las necesidades. Pero es verdad que en este momento ya empieza a haber algunas lecturas críticas entre el coste que representa ésto para el producto interior bruto y cierto nivel, entre comillas, de fracaso, que no voy a decir fracaso escolar, sino fracaso social. Es decir, empieza a haber un cierto descontento sobre este fracaso en relación a la inversión pública que hay y algunos problemas que aparecen. Nadie se atreve a decirlo en voz alta porque ya sabemos que es un tema de alta sensibilidad política. A veces se cita el fracaso escolar como culpabilizando a los maestros, pero es un fracaso social. También podríamos analizar las universidades. Las personas empiezan la carrera y no la terminan y también hay personas que se han formado para una cosa y trabajan en otra total y radicalmente diferente. Entonces, una cosa está pasando aquí. Hay que admitir un cierto fracaso del sistema, pero a pesar de éste, el sistema educativo es el único sistema socializador que tenemos hoy en día, el sistema educativo tiene una potencia de cohesión social, una eficacia social enorme a pesar de todas las críticas. No hay ningún otro sistema social que cohesione tanto. Por ejemplo, los inmigrantes. Si escolarizamos a sus niños, estos serán la manera de cohesión social porque les habrán dado una educación decente. Cuando criticamos no dejamos de desvalorizar su función social y política insustituible, y cuando digo, hay un cierto fracaso en el sentido de que cada vez más, nos damos cuenta de que con esto no basta. Es decir, que aquel planteamiento de finalidad social de que cuando tengamos

un sistema educativo general para todos ya habremos concluído las necesidades educativas y culturales de los ciudadanos, hoy en día no sirve.

Hoy sabemos que esto ya no es así a pesar de que el sistema educativo es definitivo. Los planteamientos de final del siglo XIX, principios del XX que decían: vamos a construir, o si ustedes quieren la revolución francesa, vamos a construir una educación para todos, eso será un elemento socializador y etc., etc. Esto hoy ya no sirve porque vemos que el sistema educativo no llega a todas las necesidades. ¿Qué ha pasado? Pues a mi parecer han pasado dos cosas. En primer lugar, que los ciudadanos han cambiado y, por tanto, también sus necesidades, incrementándose. Si antes con leer, escribir y saber las cuatro reglas uno ya podía circular, hoy en día con esto ya no puede. Es decir, antes con un título universitario uno ya tenía empleo y hoy ya no es así. Hoy un título universitario no lo garantiza. De tal forma que han cambiado una serie de necesidades y de cosas que hemos de analizar. Por esto digo que hemos de entrar en una nueva generación de políticas educativas y culturales para de alguna manera poder enfrentarnos a los retos. Y relaciono políticas culturales y educativas, aunque con tan poco tiempo no podré explicarme mucho, porque una gran parte de los factores de desarrollo de la nueva economía son culturales. Acaba de salir un libro hace una semana, de un investigador americano llamado Griffin, que ha escrito "El fin del trabajo", "La Sociedad de Acceso", y habla del nuevo capitalismo diciendo que: "el nuevo capitalismo es un proteccionismo cultural porque ya no trabaja sobre propiedad y producción, sino sobre imagen, y hemos de relacionar mucho educación y cultura". Pero, sobre todo, hemos de entender que se nos han finalizado los argumentos en relación a lo que es educación y sociedad. Hoy en día la educación ya no es una etapa de la vida. El informe de Lours nos dice: "educación a lo largo de la vida", es decir, entra el concepto en el que la educación no es una etapa de la juventud o de la infancia, sino que la educación es un concepto a lo largo de la vida. El sistema educativo y universidad está basado en formar jóvenes, y una necesidad de formar a toda la población constantemente no se articula muy bien. ¿Cuál es el factor importante en la articulación de estos desfases? ¿Dónde podemos encontrar las nuevas estrategias?

Indudablemente, la articulación entre un sistema educativo pensado en formar a jóvenes y unas necesidades de la población a lo largo de la vida está en el ámbito local. Estoy hablando regional, es el ámbito de políticas de proxi-

midad. También van a influir aquí ciertas cosas de virtualidad. Va a influir en un tanto por ciento, pero la virtualidad no conseguirá el poder del local, porque el local detectará necesidades que rápidamente podrá adecuar. Pregunta: ¿Hemos de crear otro sistema educativo? No, de ninguna manera, porque los sistemas educativos ya están bien como están, no los vamos a tocar, son centralizados, pero no se caracterizan por una agilidad. Cambiar el sistema educativo es lentísimo y es tan lento por las razones que sean, que ahora no podemos analizar, es tan lento que nunca se adecuaría a la realidad y el mercado. Lo que sería la realidad de las necesidades educativas no va tan deprisa, de tal manera que ni una universidad tiene tiempo de adaptarse al mercado, es un hecho clarísimo que debemos de aceptar, no tenemos tiempo y vemos cosas sorprendentes en la universidad como, por ejemplo, las matrículas en las carreras. En Europa están apareciendo cosas muy raras, desde que bajan las carreras técnicas y suben las de humanidades, no sabemos porqué en algunos países, porque la gente va a la universidad, porque todo el mundo busca informáticos... pero es que no hay demanda de informáticos, los informáticos se forman post-universitarios. Hay cosas que están pasando, cosas muy raras, que de alguna manera nos dicen que no se puede más. Entonces en el ámbito este local, que es lo que podemos plantear, las posibles políticas que podemos plantear, a mi entender son cuatro grandes capítulos. Si me permiten voy a dibujárselos.



En primer lugar será necesario establecer una educación o unas estrategias o un campo de educación que yo le digo compensatorio, no en el concepto compensatorio que se utiliza en el sistema educativo, si no lo que llamamos educación de la segunda oportunidad, es decir, una educación que recupere, de recuperación, recuperación de personas, de colectivos, de clases sociales que en el momento o no estudiaron en la universidad o no tuvieron una formación o lo dejaron por las causas que fueran. Ha de haber un sistema, un nivel, unas estrategias, unas políticas, que permiten recuperar a personas, porque claro, figúrense ustedes el coste social de un joven fracasado en la secundaria que no puede entrar en el mercado de trabajo porque no tiene aptitudes sociales mínimas y no hay ningún sistema de compensación, será una persona sujeta a las prestaciones sociales toda la vida, el coste social, vivirá de qué, de los salarios mínimos, de las ayudas que tenemos para distribuir renta y evitar mayores conflictos sociales al menos en nuestros países, por tanto aquí hay que dar una segunda oportunidad. La formación o la educación compensatoria que estoy plantenado fuera del sistema educativo, de este uso social de la educación para reemprenderse y continuar, aquí hay una gran estrategia donde la ciudad tiene el mejor observatorio para saber dónde está la gente y qué está pasando, y si no se dá formación de proximidad en este sector, será difícil recuperar gente, es decir, es una educación que puede prevenir desmembramiento social y, sobre todo, recupera y puede mucha gente estudiar de mayor, y se ha recuperado y se ha integrado, y es una herramienta importante. La segunda gran línea política sería la educación para el empleo, es decir, para adecuación al mercado de trabajo. Aquí estaría todo el tema de especialización y el tema de reciclajes, es decir, todo un sector educativo muy dinámico, muy rápido, una política muy rápida, muy dinámica que responde, casi diríamos, en periodos de tiempo no superiores a seis meses o un año, cosa que no puede dar el sistema educativo, es decir, una respuesta muy rápida y aquí veremos quién lo tiene que hacer, pero es verdad que en las ciudades, cuando existen procesos económicos determinados, necesitará y habrá una adecuación, tanto a la especialización post-universitaria o post-secundaria como en las estrategias de educación basadas en factores de desarrollo determinado. Por tanto, tenemos otro tipo de políticas que no se pueden dar directamente desde el sistema educativo, pero que tienen una gran incidencia. La tercera es una estrategia de políticas educativas centradas, yo le digo, en la cultura general. Serían todas las políticas dirigidas a que la sociedad se forme para entender lo que está pasando en la sociedad. Yo soy de la opinión que estamos ante un cambio de era, ante los cambios

sociales y la inseguridad ante los cambios es muy alta, podemos enseñar qué está pasando, es decir, entender de alguna manera lo que está pasando en nuestra cultura, cuáles son los cambios, aquí hasta podríamos hablar de nuevas alfabetizaciones. Hoy en día para entender el mundo no es necesario solamente saber leer y escribir, es necesario saber otros lenguajes, otros medios y aquí hay un cambio importante que va desde lo más cultural a lo más sociológico, y es un campo de nuevas políticas educativas donde lo local, la ciudad tiene un protagonismo importante, tiene un protagonismo casi imprescindible que se ve aquí, que se puede dar por otros medios, pero aquí se puede entender, por ejemplo, entender la cultura, explicar nuestra memoria histórica, entender las lenguas, entender la cohesión de culturas, entender los cambios en las relaciones familiares, etc., aquí hay un cambio de cultura y de estos cambios de cultura se ha de educar a la gente, porque mucha gente se refugia en fundamentalismos, tenedlo en cuenta, por miedo a la incerteza que le genera el cambio, hasta hay algún autor que nos recuerda que los fundamentalismos, son como los racismos etc., son defensas ante la incerteza del cambio, con lo que aquí la cultura adquiere un papel muy importante, y es educación.

Y, por último, la cuarta estrategia, quizá debería estar incluida en la tercera, pero me parece que es bueno diferenciarla, es la educación para el desarrollo humano, en el concepto de la Unesco, o si ustedes quieren, para la calidad de vida. Si ustedes quieren para la vida democrática. Es decir, cuatro grandes bloques, de nuevas políticas que pueden intentar de alguna manera, complementar lo que ya se hace en el sistema educativo, ¿no?, y es verdad que algunas cosas de estas se han de hacer dentro y fuera del sistema educativo, no únicamente, pero sí que se han de trabajar. En este cuarto bloque incorporamos nosotros todo lo que va de la solidaridad, los valores democráticos, los valores de la convivencia de la comunidad, en recuperar el concepto comunidad, barrios, de convivencia, el tema del bienestar, la gran preocupación de la gente por el bienestar, por la salud, toda esta educación necesaria hoy en día, que preocupa y que va a preocupar cada vez más porque cada vez vamos a vivir más años y esto va a crear una preocupación enorme de gente, pues, que quiera vivir su vida con el máximo de calidad disponible, importa, mucha gente busca información, busca educación para esto. Sí que es verdad que el primero y el segundo son los que están más relacionados con el sistema socio-económico, básicamente el segundo, pero también el tercero y el cuarto, porque una sociedad más educada también consume más cosas, es más selectiva en el consumo,

cuando hablamos de una sociedad económica, cuando hablamos de valores, porque a una economía también quiere seguridad y equilibrio, y quiere tranquilidad y cohesión social, es decir, es una formación que evite la factura social y que evite la exclusión social que es el problema más grave de nuestras sociedades, que unos cuantos vivimos bien y los que están a la otra orilla cada vez viven más, cada vez son más distantes, el que se queda en la otra orilla, y si uno se queda en la otra orilla es extremadamente peligroso, yo hablaba con un compañero mío que es de un standard de vida altísimo, que él y su mujer tuvieron una crisis laboral durante unos seis meses y hasta tuvieron que abandonar la vivienda que tenían, la hipoteca, porque no la podían mantener por un cambio laboral y me decía: " oye Alfonso, estar en la otra orilla, aunque sólo he estado tres meses, ha sido la lección más grande de mi vida". Pasar de yuppie, de vivir como un yuppie, a desmontársele todo y pasar de un lugar a otro es la experiencia más grande de su vida. Ha cambiado mucho y ha pensado mucho, diciéndome que el que está al otro lado no lo ve, pero es uno de los grandes problemas, la gente que se queda al margen, y que cada vez el margen es más ancho o más distante, o en esos márgenes cada vez hay menos puentes, para que alguien transite, y esta es la gran preocupación de nuestra sociedad. De hecho, quiero decir para no alargarme, que las nuevas políticas tendrán que dar respuesta a nuestros problemas, y aquí se tienen que plantear proyectos nuevos, líneas de actuación nuevas en las que llegaremos a un equilibrio, porque si solamente entendemos un equilibrio entre estos dos mundos, el mundo del sistema educativo, en todas sus ramas, desde párvulos a la universidad y el mundo de lo que es educación no formal o como quieran decirlo, al margen del sistema educativo, no tenemos un nombre, y si la educación alarga la vida hemos de encontrar un equilibrio entre los dos, y es verdad que nuestros gobiernos no están dispuestos a hacer un traspaso de ciertos recursos de un lugar a otro, es un tema importantísimo, en Cataluña este año, este curso escolar, tenían 29.000 alumnos menos que el curso anterior, es decir 29.000 alumnos menos, y quizá se han adaptado las estructuras de un sistema educativo para tener menos niños, mi región es la región que tiene un crecimiento demográfico inferior, pues a crear nuevas formas educativas paralelas, complementarias, muy bien relacionadas con el sistema educativo si quieren, pero sobre todo que den respuesta a esos problemas, porque si no damos respuesta a estos problemas educativos y dejamos que lo que está fuera del sistema educativo solamente funcione por lógica de mercado, el resultado ya sabemos cuál es. Si aplicamos todas esas estrategias y no aplicamos políticas públicas, es decir, que

dejamos que funcione en el mercado, sabremos quién llegará a la especialización y quiénes no llegarán, y sabremos la fractura social que esto puede generar y esto se va a pagar con mucho, un coste altísimo, de tipo político, de tipo de convivencia. Es un tema muy importante. Yo ultimamente trabajo más en América Latina casi que en España, y cuando vuelvo de (ahora hace quince días he estado en Colombia) un país fraccionado socialmente y económicamente como está Colombia después de una guerra y veo esta diferencia dices, cuidado porque hay quien dice que el modelo moderno de ciudad es la ciudad sudamericana, es una ciudad donde se puede salir de noche... hay quien dice esto, y cuando lo dicen no están errados, y claro, y por qué, como dice Eduardo Galeano, en las ciudades latinoamericanas, la mitad no duermen para defender lo que tienen y la otra mitad, por la noche, no duermen para ver qué pillan, esto es una sociedad fraccionada. En todo caso, la educación, las políticas educativas en la ciudad, han descubierto una herramienta fundamental de cohesión social, el valor de la ciudad y su potencial de desarrollo estará directamente relacionado con su potencial de cohesión social y el trabajo de la cohesión social lo tienen que hacer mucho extranjero, pero en este caso estamos hablando de política educativa, la política educativa tiene que favorecer la cohesión social. Por último, cuatro estrategias y he hablado de cuatro bloques de políticas, cuatro estrategias, la primera estrategia que se ha de hacer para



desarrollar estas políticas es la local sobre los agentes, sobre los agentes sociales, sobre los agentes culturales, es decir, no puede ser patrimonio de nadie este proyecto, no es un problema del ayuntamiento, como dicen aquí, consello, o el problema de la escuela, ya se ha terminado esto, ha de ser compartido y en formación se tendrán que sentar la patronal, la cámara de comercio, la universidad, el ayuntamiento, quien sea, pero no puede ser un agente único, si se quiere crear condiciones de desarrollo, tendrá que haber actos, tendrá que haber negociación y esta negociación estará en la complejidad, porque cada uno defenderá sus intereses y requerirá cantidad enorme de negociación y de mediación, pero ya no puede haber agentes únicos, ni el sector económico puede decir que ése es un tema del ayuntamiento y del sistema educativo, porque si lo hace va a perder su potencial, porque ya el sector económico va y dice, hoy que no tengo personal, por ejemplo, lo que nos está pasando a nosotros en la Costa Brava, en Cataluña el turismo es casi un 19% del producto interior bruto, 17 ó 19%, este verano no había personal disponible, no encontraban trabajadores porque como está subiendo mucho la construcción, la construcción paga más que el turismo, el turismo es un sector, entonces nos unimos la universidad y la escuela de turismo con muchos industriales de la zona, ¿y ustedes que piensan? Es que no encontramos, muy bien y que quieren apostar es que su negocio se irá al suelo si no encuentran personal capacitado ¿no?, entonces nos ha costado mucho sentarlo y bueno, pues es un problema de todos o es que la universidad tendría que formar o es que las escuelas tendrían que formar. Es problema de todos porque nosotros formamos y ustedes están para hacer negocio, pues ayuden ustedes también, implíquense ustedes, vamos a implicarnos todos para ver si ustedes tienen madera más capacitada, porque si no tienen madera más capacitada el turismo no tendrá la calidad que tiene, y si no tiene calidad va a bajar, como bajará en Cataluña el turismo porque no se está apostando por la calidad, apuesten ustedes por esto, pero piensen que esto es un negocio, pero también es más empleo, y más reparto de renta etc. Y estas negociaciones, se pretende, se harán importantes y los proyectos, políticas, ya no serán de un solo agente y se tendrá que buscar negociación. Segunda estrategia, para desarrollar estas políticas, unas estrategias sobre infraestructuras, es decir, requerirá que en el territorio existan espacios, infraestructuras, el concepto de estructura, espacios públicos para el uso de la comunidad, que es un mercado... pues que existan espacios, que se crean espacios como unos parques tecnológicos, centros de formación etc., donde se pueda confluir estos agentes que tienen intereses comunes, pero también que existan casa de cultu-

ra, que existan centros de la tercera edad, etc., para, de alguna manera, como espacios al servicio público, de encuentro. Ya existen estos, ya sabemos que es muy difícil y que yo no he conseguido nunca en trece años en el gobierno municipal rentabilizar los espacios del sistema educativo, las escuelas etc., el gran drama que tenemos, no sé Portugal pero en España hemos fracasado totalmente, en fin, ya que la escuela está muchos días y muchas horas cerrada pues vamos a aprovecharla, porque en algunas poblaciones o en algunos barrios el único equipamiento social y cultural que hay es la escuela, o instituto o el que sea, pero esto es un poco difícil, pero si que hacen falta infraestructuras, apuestas por la infraestructuras, espacios donde se puedan generar encuentros, donde se puedan encontrar el que necesita información y el que ofrece información y de alguna manera encontrarlos, lo que llamamos nosotros a veces no lo que, se han de crear no en el sentido económico, pero si en el sentido educativo y cultural se han de crear mercados, pero mercados de estos que uno baja a vender y a comprar, lugares, espacios públicos donde el joven que busca formación, que no encuentre oferta de formación etc., y que muchas veces gente de esta no irá a buscarla al edificio de la universidad, ni al edificio de la escuela, por varias razones, así que se tendrán que crear. Tercera estrategia territorial, estricta de centralización, sobre todo que se convierta en estrategias ascendentes, es decir del territorio hacia arriba, detectar necesidades del territorio, la descentralización al máximo posible, es decir, que el problema y la solución estén próximos, en la proximidad que sería que no tengamos que ir a la capital, sino que podamos descentralizar, tanto actividades en el barrio como en una subregión, pues que exista una formación de calidad que la gente no tenga que ir a la capital, la descentralización.

Y cuarta estrategia, que va relacionada con la primera, pues encontrar un equilibrio entre lo público y lo privado, o mejor dicho, entre lo público, lo privado y el tercer sector, el tercer sistema, las organizaciones, ONGs, las relaciones sociedad-cívico, de alguna manera no todo ha de funcionar por lógica de servicio público, ni todo de propiedad privada, la gran decisión política, yo siempre digo que hacer política es decidir que pertenece por lógica al interés general y por lógica al interés privado, eso es política, el resto son tonterías, pues cuando yo digo que la universidad irá por lógica privada, pues estoy haciendo apolítica, cuando digo que irá por lógica pública pero cada vez son sistemas intermedios, cada vez más no es ni una cosa ni otra, son sistemas mixtos, financiamiento mixto, compartir gastos entre el servicio y el usuario, para

que más estrategias en este nivel de servicios público y privado, y todo esto, estas grandes líneas van a, de alguna manera a inaugurar lo que yo digo, una nueva política, una nueva generación de políticas. Yo tuve la suerte de trabajar en los años 80, del 79 al 92 durante trece años en el mismo municipio, donde la política educativa y cultural fue, unos años en los que salimos de la dictadura y pudimos construir todo el servicio, para ayudar a tener unos servicios educativos potentes, y creo que muchas de las cosas que se hicieron en los 80 y 90, hoy en día ya consolidadas, serias, no las vamos a despreciar, pero es peligroso en los campos educativo, social y cultural quedarse en esto, hay un concepto que nosotros utilizamos, que es el concepto de morir de éxito, es decir, usted tiene un servicio de recursos educativos en su ciudad y ya tiene muchos años sirviendo. Por lo tanto, ya tiene justificado que 2.000 niños, 2.000 personas vienen a sus servicios, pero estas haciendo lo mismo que hace diez años, te has acostumbrado, has hecho casi un público cautivo, un público cautivo, eso nos pasó a nosotros con centros de barrio, con centros culturales de barrio que presentaban estadísticas y decían: "Por este centro cada día pasan 300 personas, que queremos más, es un éxito como política". Era un éxito porque verdaderamente funcionaba y hacía muchas cosas, pero era un fracaso porque estábamos haciendo lo mismo, no nos movíamos no ofrecíamos cosas nuevas, no estamos innovando, no estamos rompiendo y no estamos generando una nueva demanda, si no que habíamos estigmatizado la demanda en unos campos de una oferta, esto en educación está pasando también y en formación ocupacional está pasando, "¿y que?, ya tengo gente pues ya está bien". Aquí en política se ha de tener capacidad de visión, se ha de tener capacidad de anticipación y se ha de tener capacidad de ruptura, y si quieren se ha de tener capacidad de riesgo, no hay un buen negocio si no hay un riesgo, la gestión del riesgo en la economía es un criterio, porque se valora pero siempre hay un riesgo, en todo caso en el campo educativo y cultural observamos no sé en muchos países pero, en mi país, hay una tendencia a quedarse muriéndose de éxito en lo que se ha hecho durante una serie de años, cosa que es muy peligrosa, es un grave peligro, porque puede generar una nomia, es decir, puede generar una relación endógena que va perdiendo capacidad de desarrollo. Por esto es necesario que a todos estos proyectos se les añada condiciones de innovación, de ruptura y de riesgo. Michelle Paissier dice, hablando en un libro en el que entrevista a cuatrocientos empresarios, (Michelle Paissier es un sociólogo francés) y les habla, les pregunta cuáles son, a los cuatrocientos empresarios europeos, las condiciones del futuro empresario, del campo y él lo resume en tres

cosas, y dice "en primer lugar, la mayoría me han dicho que en primer lugar es como, la capacidad de autonomía, es decir generar un proyecto, autónomamente, es decir, cuanto más cercano a cuanto se dé la realidad, donde se dé el problema, es decir, buscar. El segundo concepto dice "es la capacidad de gestión", de situar un proyecto en clave de gestión, no de administración, de presentarte unos objetivos, unos tiempos graduables y ejecutables. El tercero dice "la capacidad de responsabilidad", de asumir lo que es correcto, quizá el gran problema que hay, yo siempre dije que la gestión nueva y la administración clásica, es que los que hemos trabajado en la administración sabemos que la responsabilidad no es individual. En el campo privado la responsabilidad no es individual, de golpe te van a despedir. Quizá es la hora de pedir a los responsables la responsabilidad de proyectos, para esto será necesario un cambio de mentalidad y creo que esto va a ser un condición importante. Por otro lado, y voy terminando, creo que hemos de evitar el pensar que los cambios en la sociedad se van a dar de forma descendente y los cambios en la sociedad se van a dar en forma de leyes o de dogmas o decretos, pensar que la sociedad se cambia por decretos, el secretario general ha dicho que, yo considero que es verdad, que por ejemplo en España tenemos unas de las legislaciones educativas más progresistas de Europa, la tenemos, ahora esto no quiere decir que tengamos un buen sistema educativo, porque puedes tener una buena ley de sanidad, una excelente ley de sanidad, pero no quiere decir que tengas un buen sistema sanitario, no pensar como hemos pensado en las democracias que hemos recuperado después de dictaduras, que por la vía de gobierno descendente se va a cambiar la sociedad, hasta hay algunos sociólogos que dicen que el Estado hoy en día es una institución que está en crisis, está en crisis y lo vemos, porque las fronteras caen, etc., el estado de nación está en crisis porque el estado de nación es muy omnipotente, y pretende decidir cuál va a ser la felicidad de los ciudadanos a pesar de ellos, la resistencia contra el estado va por esta línea, las leyes son unos instrumentos, son unos elementos facilitadores, pero no se va a cambiar. Para cambiar ciertas cosas, para cambiar políticas van a ser necesarios dos elementos más: primero las personas, el ser humano, el capital humano, y aquí sí que tenemos una gran responsabilidad los sectores de la educación y la cultura, una responsabilidad del capital humano. El capital humano es el bien máspreciado en este momento de cualquier iniciativa, el capital humano competente, preparado, capital humano como capital ciudadano de una sociedad educada, democrática, como capital creativo, innovador y etc. para generar, una economía... y el tercer elemento es apostar, no tanto por el

riesgo como por la experimentación de métodos nuevos, que es si no la apuesta de la bolsa por estas nuevas empresas, esta nueva economía que nadie sabe dónde va a parar, si no apostar por el riesgo de un nuevo modelo, nadie sabe hoy en día en la nueva economía si esto va a ser rentable o no y reciben el dinero de los inversores, pongo este ejemplo, porque, ¿y si funciona?, porque hoy en día esas empresas no tienen ni capital, no tienen ni propiedad, producen bienes, por lo tanto las lecturas clásicas de la nueva economía, de la economía clásica de que una empresa se valoraba por... no, estas empresas no tienen nada, es un portal, ¿y por qué invierte aquí el capital extranjero? Permítanme esta explicación, porque está corriendo un riesgo, yo no entiendo de economía, pero está corriendo un riesgo, este riesgo, la confianza baja y baja la bolsa como ha ocurrido hoy, pero este riesgo se convierte en algo que puede generar beneficios, y en educación y cultura también hemos de correr el riesgo, no nos podemos quedar en modelos clásicos, enseñar las cosas como las habíamos enseñado hace años, hemos de buscar nuevos sistemas, nuevos modelos, hemos de atrevernos a innovar y a veces atrevernos a correr el riesgo de políticas que ahora rectificaremos, es más positivo, en plan de desarrollo, probar una nueva política y fracasar porque el "know how" que provoca un fracaso permite un éxito posterior, es mucho mejor esto que la pasividad, uno de los problemas más graves que yo veo en este momento en las iniciativas es la pasividad, es por eso que morir de éxito es "ya nos contentamos con los resultados" y esto quiere decir perder el tren, pero se perderá el tren en tal medida, y yo lo aplico en mi campo.

Yo tengo la opinión que en la universidad estamos perdiendo el tren totalmente, y soy miembro del equipo de gobierno, y cada día en nuestra reunión, cada semana, que tenemos reunión por seis o siete horas, discutimos esto, pero tenemos una estructura que no puede correr el riesgo, tenemos una estructura detrás, y yo estoy creando en mi universidad y con mi rector, para intentar adaptar la universidad a estos nuevos recursos y vamos a fracasar, excepto que alguien se atreva a decir "aquí ahora la universidad va a trabajar con las normas que vienen", porque si no, no hay posibilidad, estamos atados de pies y manos y vamos a ver, y es un ejemplo digo la universidad, digo mi experiencia personal, es un ejemplo de inadecuación, y cada día que pasa estamos perdiendo el tren, les digo a ustedes y me lo digo a mí mismo, que hemos de tener la capacidad de innovar y correr riesgos, ambas cosas, porque si queremos hablar de plan de desarrollo, ustedes en plan de su región, Eixo

Atlántico, han de intentar romper, romper de muchas maneras, y no depositar, buscar pactos, formas diferentes en que podamos hacer cosas diferentes porque si no vamos a perder grandes oportunidades, ya se están perdiendo oportunidades por esta inadecuación, pero tampoco me gustaría llevarme un discurso catastrofista en relación a lo que sea, yo soy muy sensato y en gestión siempre decimos, no cambies nada hasta que tengas sustituto, por tanto, todo lo que funciona ahora, la universidad, el sistema educativo, todo ahora sigue funcionando, pero si que hemos de intentar, inventar nuevas estructuras, nuevas fórmulas, nuevas políticas y donde puede estar la innovación de estas nuevas políticas, en lo local, en lo local mucho más que en lo estatal, ¿quién puede ser el elemento innovador? Lo local, y hay ejemplos, yo no conozco lo que están haciendo ustedes en lo local, y en lo local atreverse a experimentar nuevos formatos, nuevas fórmulas, nuevas tendencias para, de alguna manera, dar respuesta a estas nuevas necesidades. Nuestros ciudadanos de nuestras ciudades ya no quieren solamente, aunque no lo expresen, aunque lo que expresen es una escuela para todos y solamente para los niños, porque una cosa es una necesidad expresada y otra es una necesidad de futuro, que es otra cosa, y hemos de pensar que las necesidades de futuro, además de un proyecto educativo, nuestros ciudadanos nos van a pedir más educación, más educación y más educación, y que si dejamos nuestra educación unicamente a la lógica, en los intereses individuales o en el mercado vamos a perder una ocasión de incidir



o de orientar nuestra política, o de anticiparse a situar unas nuevas políticas que nos ayuden en clave de desarrollo, y esto es fundamental en una sociedad que está en cambio, y en unas economías, que yo no sé las estructuras económicas de sus regiones, pero en unas economías que se tendrán que adaptar a cambios muy profundos, y que requerirán mucha más educación, mucho más capital humano, la educación y la cultura es una herramienta para la creación de capital humano y el capital humano y el capital social son los capitales más importantes en planes de desarrollo. ◀◀

Ernestina Miranda

Vereadora do Pelouro da Educação
Câmara Municipal do Porto

» Como é normal saber-se a educação durante muitos anos foi tratada como o grande pobre dos municípios. Que eu posso dizer é que quando cheguei à câmara faz 10 anos, é que nem existia plano de educação. Portanto já tínhamos avançado com largos passos na democracia e a educação era desigual nos municípios. Portanto quando se começa a conquistar um espaço, tem de se conquistar de uma forma coerente, clara e acima de tudo participar!

E eu que sou professora estive durante muitos anos ligada as crianças, fui notando quais os problema do divórcio, das estruturas locais, do governo e das escolas. Porque se durante muitos anos se contruíram algumas escolas, alguns edifícios, eles construíram só por fora, criaram-se escolas, algumas bem pintadinhas outras com menos qualidade, mas nunca se pensaram nas pessoas que estavam dentro delas e acima de tudo não se pensou nunca naqueles que



poderiam construir a escola, como ela deve ser construída com a participação responsável, com a participação em que cada um tenha o seu lugar, em que cada um tenha a sua voz e que possa dar um grande elã a tudo que vai ser sendo proporcionado com os anos. Igual que no município do Porto nós podemos dizer como os outros municípios. A dez anos os primeiros quatro foram necessários para contruir equipamentos, para encontrar respostas adequadas ao mundo em que vivemos, ao ano em que vivemos e destacar as funções sociais que se vão se vertendo sobre a escola. Portanto as escolas e edifícios abriram-se, criaram-se espaços de apoio social, com cantinas, como áreas de actividade pedagógicas, como salas onde as crianças pudessem praticar desporto etc... mas, ainda faltava verdadeiramente a paixão que tem estado subjacente nestes últimos anos, "aliás" o nosso primeiro ministro diz ainda hoje que "a educação é sinónimo de paixão". Essa grande paixão tem cerca de 6 anos, também é um bocadinho essa paixão que vai sendo vertida nos municípios e a transformação educativa já aparece nestes últimos anos. O Porto da resposta, aos problemas e aos anseios das escolas, num diálogo muito próximo já que nós temos por norma estar com os equipamentos escolares sempre que possível, no meu gabinete há uma linha directa para as escolas onde eu atendo a toda gente quer seja os pais quer professores e começamos a dar de conta que ao problema que está subjacente e que é previsto pelo ministério de educação, que hoje é de grande abrangência, e que permite às escolas encontrarem um sem número de promotores, pensou como é que podia a cidade dar resposta a estes anseios? E depois de muito diálogo chegamos a conclusão que só as parcerias, só a cidade, só o envolvimento de todos poderia permitir que a escola fosse na verdade proveitosa e que fosse uma escola para participar. Assim há seis anos nós fizemos por meio de ensaio o projecto educativo. Este projecto educativo só é possível, porque o ministério da educação pela delegação do Norte, tem mobilizado dois professores prá acompanhar o nosso centro de recursos. Por que o projecto tem que ter recursos, os recursos que a cidade oferece, a sua paisagem, riqueza histórica, as entidades sociais e também o recurso com retaguarda pedagógica, com material especializado, com pessoas devidamente preparadas, com parceiros muito bem disponibilizados, porque não é possível construir cidades sem nós termos que preocupar-nos daqueles que estão à nossa volta.

E o Porto não é ainda uma cidade educadora. É uma cidade com preocupações na área da educação. Estas preocupações passam-nos principalmente, pela não resposta às situações de natureza social. Porque uma escola pode

ser magnífica, pode dar todas as respostas só que não se pode por exemplo substituir as famílias, e a nossa preocupação foi aproximar os entendimentos que as famílias através de seus pais, quer da escola através dos professores, dos funcionários, quer todos que estavam lá a sua volta, mas muito mais a cidade e os responsáveis por ela. E portanto, esse projecto preocupa nos queremos participar dá respostas múltiplas, dá respostas na área das ciências em parcerias com as universidades que dão fundação e informação aos professores e as crianças. Temos os institutos de investigação, temos os museus, tem modelos próprios para as crianças, a criança vai ao museu e o museu vai a escola. Temos parcerias, como por exemplo com a Faculdade de Ciência da Educação e Psicologia da cidade do Porto na preparação do, do museu da escola primária e depois temos um sem número de entidades, hospitais, centro de saúde, escolas de música e associações desportivas que conseguiram agregar-se a nós, como resposta efectiva aquilo que uma escola deve ser num futuro muito próximo. Eu vou deixar o convite que assim que encerrar a nossa actividade passar as considerações finais para poder dar algum tipo de esclarecimento.

Viver numa escola diferente, é uma nova forma de construir e pensar no futuro. Numa área tão sensível como é a educação, um mundo cada vez mais um motor de novas aprendizagens centradas nas suas competências formais, mas acima de tudo, criando junto das escolas uma mudança de novas maneiras, na construção e a recuperação escolar motivou uma grande parte da nossa intervenção inicial. Hoje não descuidando os aspectos dos equipamentos, temos dissuido frontalmente a nossa vertente de cidadania participada. O Porto, cidade 2001, cidade de apoio da cultura e essa cidade de conto que nós queremos pintada e participada exigirá de nós muito mais. Sendo assim, por todos. Participar activamente na rede mundial de experiências mundiais educativas, acelerar a construção do museu da escola primária e instalar um edifício escolar que será o modelo vivo da investigação e o ordenamento das histórias da vida e do património escolar esperado pela cidade. E este espaço que se quer participado, será fruto da relação do município com a Faculdade de Ciência da Educação. Compreendemos a consolidar as parcerias locais em torno da educação e as parcerias locais da educação com os restantes agências e programas de desenvolvimento social. Apostaremos nas possibilidades de integração e compreensão com a criação do conselho municipal de educação. Apoiaremos a formação postos pública básica que situa se obrigação da escola, assim como a formação escolar e a educação profissional. Comprometemos

ainda a apoiar com especial empenho das iniciativas de educação paralelo com humanista estimulando a formação das redes locais para a tolerância, o combate ao racismo e a xenofobia, promovendo o diálogo intercultural e o respeito dos direitos e das garantias. A cidade educadora que devemos criar será um espaço aberto.

A situação do projecto e viver numa escola diferente.

No ano letivo de 1999 - 2000 viver numa escola diferente, continuou sendo um desafio que a educação lançou nos estabelecimentos de ensino.

Sendo o Porto património mundial, não poderíamos deixar de dar o nosso contributo na procura da decoberta da cidades nas duas facetas: humana, artística, ambientalista e urbana. Há também formação, informação e o centro de recursos educativos municipal. Com crianças no sector de recursos, nos estabelecimentos de ensino e em vários espaços da nossa cidade. Descobrir o Porto, nas suas várias vertentes, é também uma etapa a atingir. Disponibilização do material e equipamento no centro de recursos educativos municipal. No início da câmara municipal do Porto, situa-se o gabinete da delegação da educação. O centro de recursos educativos municipal, situa-se na rua do Campia, bairro de Paranhos e a escola de número 45. A escola número 45 encontrava-se desactivada desde 1984 por fusão com a escola de número 35. O edifício é de construção plano centenário com dois pisos que foram recuperados.

Objectivos específicos:

Como deveria interessar um projecto viver numa escola diferente. Disponibilizar mecanismos da promoção da internet e outros meios de comunicação. A faculdade de logística com a pedagógica. Promover a experimentação de novos talentos a faculdade equipamento pedagógico. Prestar esclarecimento e informações.

Indicadores:

Usando dos recursos educativos municipal foi equipado com diverso material de apoio a todo tipo de actividades. Material requisitável, audiovisual, informático, material didático, biblioteca, material não requisitável, equipamento mobiliário, material da secretária, instrumentos musicais, aula com material audiovisual. Objectivos gerais do projecto 'Viver numa escola diferente' são:

- Apoiar projectos educativos dos estabelecimentos de ensino.
- Apoiar a educação e mudança, passando pela dinamização directa com crianças.
- Proporcionar a documentação suporte de base científica ou educativa.
- Promover o debate e a descoberta das cidades aos vários níveis, através de visitas de estudo, descobrir o Porto.
- Facilitar a experimentação de carácter científico, como forma de atrair novos públicos.
- Promover acções para a informação como forma de, entre outras coisas, dignificar a carreira docente.
- Criar organismos de promoção do centro de recursos, disponibilizar linhas abertas asseguradas pelas entidades, como forma de resposta aos vários desafios.
- Promover o convívio de várias entidades, junto das escolas.

O Porto orgulha da cidade . Culturizar a identidade cultural do ambiente das escolas conhecimento técnico de valores, características e factores locais. Ajudar os jovens a actuarem com assistência cívica, participativa e activa na sua relação com a cidade, tendo em conta que o Porto é Património da Humanidade. Saúde:

Sobre a importância na alimentação da nossa sociedade, tendo em conta os nossos hábitos. Contribuir para as correctas abordagens sociais da problemática da Sida, Droga e Prostituição.

Segurança:

Desafiar a escola a ser um espaço de aprendizagem permanente de cidadania que é fundamental e insubstituível na construção de valores. Criação do espaço de refeição e formação de professores e educadores de forma a apoiar na resolução dos problemas vividos na escola e em ambiente no combate a xenofobia e o racismo. Promover a soledariedade do âmbito da protecção civil. Expressões:

Estimular o contar de histórias. Privilegiando o conto tradicional, desenvolver um múltiplo leque de aprendizagens que valorizam experiências. Organizar situações com docentes ao nível da língua, através da expressão plás-

tica e dramática. Reforçar a formação de professores na área de educação física, promovendo jogos e aprendizagem simples que valorizem a confiança dos professores no tratamento desta área curricular. Incentivar técnicas e outros métodos que tornem o ensino da música aliciente e participar numa abordagem simples das escolas vivas.

Ciência:

Apoiar a investigação através do ensino experimental. Abordar espaços verdes e mar da nossa cidade. Olhar a matemática aprendizagem criativa e desejada conhecimentos, capacidades. Novas tecnologias:

Incentivar a utilização de novas tecnologias, internet, como recurso para uma formação actualizada e um veículo para a comunicação e pesquisa.

Serviços educativos de museus:

Tornar a relação escola-museu viva, indisociável. Promover e dinamizar a cultura através de espaços abertos a comunidades. Ambiente:

Propor o desenvolvimento de actividades ligadas directamente aos projectos das escolas e a descoberta do conselho do Porto. Dinamizar actividades práticas, estamos sendo conseguidas pelo terreno. Dinamizar oficinas de produção e materiais de apoio que se pretende vão ao encontro das necessidades concretas de cada projecto das escolas. Descobrir diversos espaços da nossa cidade, através de observação, jogos de ambiente.

Na preocupação educativa nós temos também, momentos especiais de avaliação, aliás eu penso que projecto sem avaliação não têm nenhuma assistência lógica e portanto nós temos um projecto que seja objectivo e acima de tudo que seja aquele que nós possamos concencializar dentro da sua envolvimento e da participação das escolas.

Também, com o projecto educativo, nós conseguimos chegar a algumas áreas que praticamente estavam esquecidas. Por exemplo, as crianças fazem associação directa da sua rua, da sua escola, da sua casa, dos portais vizinhos e em este âmbito e possível através da observação publicar o seu primeiro livro das escolas o seu olhar sobre a cidade. O olhar das crianças é completamente diferente do olhar dos adultos, mas conseguiram fazer com o que eu acho uma cidade tal, que muitas vezes a nós nos passa despercebida. Com a

primeira vez também isso vai ser possível nós lançarmos um livro da dagmática . Os pequenos começaram a fazer observação da cidade vista dagmaticamente, estudaram suas portarias, as suas janelas, as clarabóias do Porto, os jardins, viram viram os pontos e portanto conseguiram como que reconstruir eles, a sua involvência dagmática de forma lúdica, extremamente participada e interessante. Isso inicialmente não é projecto que tenha que ser seguido por ninguém, simplesmente nós encontramos como melhor resposta na nossa cidade para criarmos um laço fraterno e de grande soledariedade das pessoas. Esta grande alegria que se cria ao longo do ano do trabalho que é feito com as escolas, no momento único no final do ano letivo com uma grande festa que é feita com todas as crianças da cidade, em que cada uma vai exhibir ou vai exprimir como viveu o ano escolar, se o viveu matematicamente vai expor um trabalho de matemática, se o viveu numa forma de expressão física pode demonstrar em jogos, em danças, se viveu na área da ciência pode deixar o material que construiu e as conclusões a que chegou. Eu penso que a única experiência válida é essa, foi a participação da sociedade, no projecto que nasceu como municipal e que hoje é de todos. o. ◀◀





Ana Gandón Mendoña

Concelleira de Educación
Concello de Vigo

► O ensino é unha función social insustituíble, en tódolos sentidos, e creo que ademáis, segundo o estamento que collamos no sistema educativo, estamos poñendo ou non as bases da igualdade de oportunidades necesaria, ou intentalo, para unha sociedade democrática.

Centrándonos no que vai ser a miña intervención, collemos a experiencia do sistema educativo, que se chama “Vigo por dentro”, para traela aquí porque, dado o tema das xornadas podía ser moi atraínte, pero tamén porque é un programa que xa leva desenvolvéndose dez anos, e estamos nese punto crítico que dicía antes o profesor Martinell, que hai que pararse a pensar, para non seguir facendo o mesmo e para plantexarse perspectivas de futuro, porque dez anos de experiencia teñen a vantaxe que nos permita variar, extraer conclusións e ver por onde temos que volver a tirar. Os principios no que se basea o programa, creo que ó longo de hoxe xa foi explicitado por outras persoas e



non é outro que a cidade debe xogar un papel fundamental como recurso educativo. Así, a cidade, tódalas cidades, e mellor as medianas que as de tamaño máis grande ofrecen, un abano inmenso de posibilidades didácticas relacionadas coa xeografía, o medio natural, o patrimonio artístico e cultural, a industria, o comercio, os costumes, as tradicións, os movementos sociais, os servicios públicos... e a mesma vida cotiá. Todo esto e moitas outras cousas convirten a cidade nun espacio didáctico inagotable, con tantas posibilidades como sexamos capaces de imaxinar, trátase non só de enriquecer os coñecimentos e a información do alumnado, senón tamén dun movemento recíproco de implicar a sociedade nesta tarefa da vertebración e a cohesión social da que esta mañán tamén falou. Os concellos son, pola súa proximidade á cidadanía, as institucións máis axeitadas para empurrar estas actividades na que é recomendable, e eu considero que absolutamente necesaria, facer que participe o conxunto da comunidade educativa así como o conxunto da cidade. É un programa que se iniciou no ano 1.990, e que se desenvolve a través da Concellería de Educación e a través do Instituto Municipal de Educación. É un programa que desde o seu nacemento intentou que as/os escolares descubriaran a cidade e as posibilidades que esta ofrece, mediante visitas de carácter didáctico ou itinerarios formativos por lugares de interese posibilitando coñecer o pasado e a historia da propia cidade, como o actualidade máis innovadora. O programa educativo pretende ser unha proposta aberta, adaptada as distintas idades escolares e, dacordo cos diferentes obxectivos pedagóxicos dentro da LOGSE, dentro da área de coñecemento e ciencias sociais, "descubrir e comprender o espacio físico inmediato que configuran a realidade do/a neno/a e estudar a intervención humana no medio". Ademais, con este programa pretendemos non esquecer e ter en conta materias transversais como a educación ambiental, a educación de igualdade entre os xéneros, para a saúde, a educación vial, o consumo... intentamos tamén por en marcha contido actitudinais, valores como a tolerancia, o respecto, a igualdade, solidariedade, convivenci pacífica... O obxectivo principal do programa é potenciar a idea dunha cidade educadora como lugar privilexiado para chegar ó alumnado desde a antiga realidade territorial, socio-económica, medioambiental, artística... donde se reside co propósito de obter coñecemento da mesma, que implique e identifique ó alumnado co seu espacio vital e o responsabilice na súa conservación e mellora. Ten ademais outros obxectivos específicos como potenciar a participación dos diferentes axentes sociáis da cidade no proceso educativo, aproximar o alumnado á realidade da cidade dende unha perspectiva didáctica, poñendo en práctica o

modelo de aula activa, ofrecer e confeccionar unha serie de material didáctico que axuden á comprensión do medio, potenciar o desenvolvemento da capacidade crítica e fomentar o traballo en grupo creando hábitos de respecto e participación. Nos contidos, temos algo máis de 80 núcleos temáticos, que se revisan con certa frecuencia, basicamente serían: servizos e instalacións públicas de titulariedade municipal (concello, laboratorio municipal, policía local, bombeiros, pavillóns deportivos, biblioteca central, universidade popular, museo Qiñones de León...), tamén nos interesa que o alumnado coñeza o ciclo da auga, entón levamos a que coñezan sistemas de saneamento, depuradoras e demais. Tamén outro tipo de servizos como os transportes públicos, tamén servizos públicos non municipais, dende o hospital xeral ata Renfe (incluímos un viaxiño pequeno en tren, e isto nun país galego onde o tren está aínda a un nivel decimonónico, como unha reliquia do pasado, non temos tren de velocidade alta, oímos falar por ahí, pero non o disfrutamos. Vir de Porto a Vigo nos leva media vida e de Vigo a Porto outro tanto, pero como temos esperanza de que chegue o tren de alta velocidade, por si acaso chega a ser algo histórico, pois que os nosos nenos/as vaian a Pontevedra en tren, e ademais de saber como é o tren, como se viaxa, pois teñen unha perspectiva diferente do territorio, da xeografía. Outro bloque sería todo o que é o tecido asociativo, ese témolo aínda un pouco fraco, pero pensamos que neste próximo curso imos conseguir ampliálo. Temos un acordo coas asociacións veciñais, porque a nosa



cidade ten un tecido asociativo veciñal moi potente (a nosa cidade ten un núcleo urbano moi importante, pero ten... moita xente estaría en Vigo, no casco urbano, pero o que non sabía e que 2/3 da nosa cidade é rural, vivindo de forma moi semellante a como se vive na aldea, só que moi próximo a cidade. Así, os nosos nenos/as, non saiban as veces, porque o concello é moi estendido e o mar nos tapa por un lado e temos montañas por detrás. Por tanto, é un concello moi espallado con formas de vida moi diferentes, así non se pode vertebrar unha cidade que ademáis creceu moi rápido nos últimos anos, formada en moi pouco tempo con xente que viña de todo o país, moi dificilmente conseguiremos esa vertebración social se os nosos nenos/as non coñezan ós que viven no rural, e quen vive no casco urbano non coñeza ben o que é o rural. Por iso co acordo, aínda que é moi incipiente e comenza con visitas ó local da asociación, nós agardamos que no futuro poida extenderse para propiciar esa relación do rural e urbano), logo temos un núcleo que no futuro queremos facer del un ciclo formativo completo, arredor do mar, nunha cidade que as súas orixes están no mar, e o motor da súa economía foi, e agora non tanto, pero sigue sendo o mar. Polo tanto, todo o relacionado co mar ten un lugar privilexiado (tanto porto pesqueiro como porto comercial, fábricas de conserva, empresas de conxelados como Pescanova). Unha das innovacións este ano son os paseos a bordo da goleta Valle-Inclán, que vai ser outra forma de relacionar os nenos/as co mar. É unha goleta que é unha réplica exacta das que navegaban as nosas rías no século XVIII, moi bonita, que vai estar equipada cunha serie de exposicións interiores, relacionadas ca ría, coa historia da ría, e o mesmo tempo pois vailles dar un paseño pola ría, para ter outra visión da cidade dende a ría, e van a ter a visión do que foron e o que son os asteleiros, unha cidade que tivo moitos asteleiros, pero que perdeu na reconversión industrial, desta visita ademáis de poñelos en contacto co pasado da nosa ría, tamén co presente e ver o que hai e o que houbo. Outro lote é o patrimonio histórico-etnográfico, contamos con aulas etnográficas que dependen non do departamento de educación, senon do patrimonio histórico, pero que as poñen a nosa disposición e son dos recursos didácticos máis solicitados polos centros de ensino, a aula etnográfica do mar e a aula etnográfica do pan, que son muíños recuperados e que remata a visita a fornos modernos, o ciclo do pan como era antes e agora, a casa do cesteiro, o monte do Castro (o máis simbólico da cidade, que está no centro, que domina toda a ría e no que temos o castro máis importante da cidade, unha zona verde que é o pulmón do centro de Vigo, xunto con outro un pouquiño máis alonxado que é Castrelos), per-

corridos polo barrio histórico, un barrio moi popular, mariñeiro, non temos un barrio histórico señorial, en proceso de reconversión e rehabilitación, pero a pesar de todo é bonito, aparte é a nosa historia. Logo estaría o bloque de carácter natural, que inclúe de visitas ás praias, os parques e xardíns urbanos, o monte da Guía, pero ese xa nun barrio e non no centro, e logo as visitas ós parques forestais e a aula de natureza Esquíó, que este ano introducimos con máis forza, temos a sorte de ser unha cidade que por un lado ten a costa e por outro, toda unha coroa de montes cunha gran masa forestal, e que é un recurso didáctico que se ten utilizado moi pouco, pero que ten moitísimas posibilidades. Aquí van a facer observacións de animais ata recibir instrucións prácticas sobre a marcha, de qué facer en caso de incendio (danos bastante guerra), ata o coñecemento das especies autóctonas, ata que vexan a degradación do monte e as consecuencias que eso ten, e logo a xoia da corona (a máis solicitada): a viaxe as illas Cíes, o noso paraíso natural, e que permite combinar moitas das cousas que estiven dicindo agora. Logo, un bloque importante, pero que temos que fortalecer no futuro é o relacionado coa industria, as industrias máis importantes da cidade xa están colaborando, Citroen, con maior número de participantes está colaborando, Pescanova... e outro tipo de empresas. Por último, medios de comunicación, visitas e actividades en radios, xornais e televisións (a televisión local, as outras de momento se nos resisten). Polo que respecta a metodoloxía e dinámica do traballo, intentamos empregar unha metodoloxía o máis activa posible, participativa e motivadora. A experiencia nos di a nós e a vós que nunca se consegue toda a participación que se quere, nin motivar o suficiente, todo o que motivemos é pouco, pero o intentamos. En todo caso, a metodoloxía pasaría por tres fases: unha primeira que estase facendo no centro educativo, o profesorado do centro, nos suministrámoslle materiais máis o que por sí mesmo poida conseguir, lles damos uns cantos datos que cremos son fundamentais para coñecer o que é a cidade, demográficos, xeográficos e doutro tipo e bibliografía abundante. Cada centro ou profesor fai esa actividade previa á visita co alumnado, logo a visita en si mesmo e, por último, o traballo posterior á visita cunha serie de actividades complementarias. É un programa que va adaptado a diferentes idades, colle toda a franxa do ensino obrigatorio, dende os tres anos ata o dezoito anos, infantil, primaria, secundaria e a secundaria post-obrigatoria. No último curso escolar participaron 35.000 estudantes, intentamos que os propios centros escollan, que digan que preferencias teñen e nos procuramos atender a súa demanda. Como conclusión, é un programa moi consolidado no sistema educativo da cidade, un papel

de primeiro orden nas actividades educativas dos centros, pero como decía antes, dez anos non son nada e son moito, e dez anos dan para pensar, para facer cambios de rumbo. A experiencia acumulada nestes dez anos, aínda que eu agora fago o meu primeiro ano como concelleira de educación, como concelleira son moi veterana e neste primeiro temos iniciado un proceso de reflexión, compartida tanto cos técnicos/as do departamento de educación, pero tamén tanto coas APAS, asociacións de pais e nais, como coa asemblea de directores/as de centros de ensino público e co consello escolar municipal, pero tamén recollimos tódolos apuntes e informes que despois dos itinerarios nos ían chegando do propio personal docente. Froito deste estamos comenzando unha revisión do programa, intentando mellorar aspectos da selección dos obxectivos, con incorporación de contidos novos, con criterios de avaliación, tamén dicir que está abríndose unha nova liña de traballo, procurar que todo o que ocorra dentro do marco do concello trascenda ata o que é a propia concellería e implicar o resto da institución municipal nesa tarefa. Temos iniciada xa a colaboración e se vai a plasmar no programa coa concellería de deportes, concellería de sanidade e consumo, cultura, parques e xardíns, patrimonio histórico e medio ambiente, polo de pronto, esperemos que algunha máis vaia caendo e por último, iniciamos unha campaña que está a dar os seus primeiros froitos, dirixida a institucións, empresas, colectivos, asociacións, que teñan incidencia na cidade. Estámoslle pedindo non só que colaboren con nós, senón que den un paso máis ó frente e incrementen a súa colaboración cando menos en dúas direccións: primeiro elaborando, coa nosa colaboración, os materiais didácticos que usamos nesas visitas e, segundo, que nas súas instalacións adecúen un espazo didáctico que podamos utilizar como aula permanente. Nalgún caso xa obtivemos esa resposta positiva e estou convencida que grandes entidades si van a acceder. ◀◀

Manoel Isaias

Dr. do Departamento de Educação
Câmara Municipal de Viana do Castelo

► Gostaria de afirmar que a “Construção de Cidade” tal como a construção da Escola é feita por pessoas. São as pessoas que com o seu dia a dia constróem de facto a realidade da Cidade e da Escola.

O Concello de Viana do Castelo tem cerca de 85.000 habitantes e possui características muito próprias. É um concelho de Litoral e sobretudo uma Cidade banhada pelo mar com rio e monte.

É um concelho que com quase todos os Concelhos do país viu reduzida em pouco mais de 12 anos, quase 50% da sua população escolar do 1º Ciclo. Tem hoje cerca de 4 mil alunos no 1º Ciclo que não se encontram distribuídos da mesma forma ao longo do espaço do Concelho, concentrando-se



essencialmente na área urbana, continuamos a assistir á desertificação da área interior. Este ano, pela 1ª vez nos últimos 15 anos, há uma inversão desta tendência de regressão, ou seja, estamos convencidos que se iniciou um processo de recuperação suportado com base nos elementos que possuímos no aumento da natalidade.

O concelho tem neste momento 54 Escolas do 1º Ciclo e 31 Jardins de Infância possuindo ainda diversos Jardins de Infância, da rede solidária, que acolhem um número significativos de crianças.

No presente ano temos cerca de mmil ciranças a frequentar a Educação Pré-Escolar na rede pública, não sendo considerados os dados a outras Instituições sobre que a Câmara não detém qualquer intervenção.

Todos os Jardins de Infância estão providos de cozinha / refeitório, com pessoal adequado e das 54 Escolas (4000 alunos) mais de 80% estão também providas de serviço de refeições.

Há dois anos servimos 467.000 refeições, no ano findo passamos para 570.000, prevendo-se que possamos atingir este ano as 600.000 em resultado da extensão progressiva do serviço a outras Escolas.

Temos implmentado, de forma progressiva e para apoio á Educação Pré-Escolar os chamados circuitos locais de transportes, que recolhem, e depois levam, porta a porta as ciranças e que transportam, também, as ciranças do 1º Ciclo, sobretudo nas áreas mais rurais. Neste momento temos indicadores da extensão deste serviço a mais de 24 da 40 freguesias.

Temos também ao nível da Educação de Infância desenvolvido os chamso Prolongamentos das Actividades, fora das instalações dos Jardins de Infância, não tendo permitido que as mesmas se desenvolvam dentro do mesmo, no contexto das salas de actividades, por acharmos que o mesmo não seria enriquecedor e motivador para os educadores e sobretudo para as crianças.

Além destas intervenções na área essencialmente de apoio social a chamada Acção Social Escolar, a Câmara intervém noutras áreas específicas à vida das Escolas e Jardins de Infância caso do Projecto de Iniciação à Música, Iniciação à Informática, não através de um modelo de substituição do docente na vida da turma ou da Escola, mas como apoio, como complemento da acção

que os Educadores e Professores vem desenvolvendo no seu dia a dia.

Pensamos não ser desejável a substituição do Professor / Educador seja na Música seja na Expressão Física. O Professor e a sua participação constitui um dos factores para a sua integração nos projectos. É indispensável que ele esteja e participe nas actividades das suas crianças.

Das imagens de que agora passo a falar, podemos falar de áreas / temas: a Educação Artística; a Educação para o Ambiente, a educação para a cidadania a Preservação do Património / Tradições, etc. Em relação à Educação para o Ambiente a Câmara decidiu há três anos criar um projecto específico a ECOTECA serviço que concretiza e coordena todas as acções que desenvolvemos com Escolas e Jardins de Infância e mesmo com escolas do 2º e 3º ciclo, portanto com crianças dos 3 aos 15 anos.

Esta imagem A Árvore dos Desejos refere-se a este tema as crianças deixaram na árvore ao longo do desenvolvimento do projecto, um conjunto de mensagens que neste momento estamos a tratar e que vamos publicar em breve. Têm a ver com a sua visão da Cidade, o que pensam da Cidade o que desejariam e como gostariam de ver a cidade tem mensagens muito "giras".

A ECOTECA desenvolve várias acções de carácter ambiental, uma das acções que desenvolveu foi a "História da Floresta e da Água" e essas histórias a que se referem estas imagens, que eu retirei de uma nossa publicação "A história da Sementinha" e que se enquadra no projecto que tem sido desenvolvido com as Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância, as crianças fizeram a sementeira em vasos que passado alguns meses são transferidos para o Horto, para potenciar um melhor crescimento, para que dentro de 2, 3 anos possam ser plantadas em alguns locais da Cidade, permitindo assim



que as mesmas crianças acompanhem o desenvolvimento da vida da planta e do espaço urbano.

Nesta acção utilizam-se plantas, sementes, de espécies tradicionais o castanheiro, o carvalho ... espécies que tendem a desaparecer. Uma outra acção desenvolvida pela Escolas do 2º e 3º ciclo têm como objecto o estudo e preservação dos morcegos ... é um trabalho interessante e cujos trabalhos serão publicados em breve; tem possibilitado a observação da vida nocturna dos morcegos, a construção dos ninhos, etc. é uma espécie que poucos conhecem. Na educação ambiental temos ainda desenvolvido outras acções singulares como "À descoberta da Praia Dourada", em que na primavera os alunos em grupo percorrem áreas do litoral, conhecendo os ecossistemas. São visitas acompanhadas pelo Engº do Ambiente que faz a explicação ao longo de todo o percurso.

Outra forma de preservação do património apoiada pela Câmara, são os Encontros das Janeiras e o Caranaval. Todos os anos a Câmara, como outras Câmaras, promove encontros de Janeiras ajudando a preservar assim tradições que vêm dos nossos avós. Fazemos igualmente o Presépio Vivo, com o envolvimento dos alunos de uma Escola de crianças com deficiência.

No sentido de implicar os jovens na problemática do património a Câmara solicitou o apoio de Escolas na pintura de viadutos estas imagens são disso exemplo com o painel construído pelo alunos da Escola Secundária de Monserrate.

Este Navio que durante anos, constituiu o apoio à Frota de Pesca do Bacalhau Navio Hospital GIL EANES não foi para a sucata graças a um movimento cívico da cidade e com alunos que permitiu a sua aquisição e iniciar a sua recuperação.

Porque a Cidade é das crianças, estas participaram também na acção de lançamento da Mascote do Programa POLIS que agora arrancou e na escolha do seu nome.

No sentido de aumentar a comunicação entre Escolas, e o uso das novas tecnologias a Câmara criou um Centro de Apoio para Professoras e Educadoras. Hoje todas as Escolas têm computadores, alguns dos quais fornecidos por Empresas e todas elas estão ligadas à Internet.

Porque estamos conscientes que através da acção centralizada do Município não é possível satisfazer as necessidades da vida das Escolas, des-centralizamos para as Juntas de Freguesia a execução de reparações hoje em dia a maior parte das reparações são efectuadas pelas Freguesias a quem a Câmara paga trimestralmente as respectivas despesas.

Para concluir gostaria de afirmar que sem vontade política não será possível ir neste caminho de que aqui vos falei. Contudo hoje é cada vez mais difícil trilhar outro caminho, pois a opinião pública é cada vez mais forte e exigente em relação ao problema da Educação. ◀◀





José A Díaz Núñez

» INTRODUCCIÓN

El proyecto Voz Natura se desarrolla dentro de la programación de la Fundación Fernández Latorre, perteneciente al grupo de comunicación de La Voz de Galicia.

Todos conocemos la existencia del problema. Esta toma de conciencia, es el primer paso y uno de los elementos fundamentales que justifican la educación medioambiental. Es tiempo de crisis ambiental, nos encontramos en una etapa decisiva para nuestra historia, la historia de la humanidad. Debemos luchar por nuestro futuro como especie. Pensemos seriamente en cambios referidos a nuestras propias estructuras a nuestros modelos y sistemas de valores. La relación del hombre con el medio ambiente es de un carácter de crecimiento exponencial claramente amenazante. Gasto excesivo de energía,



aumento poblacional, consumo enorme de materias primas, aumento de capacidades tecnológicas, empobrecimiento escandaloso por pérdida de biodiversidad, ruido, contaminaciones varias, residuos desertización, problema del ozono y un largo etcétera que sugiere un panorama ciertamente insostenible. Debemos hacer comprender, sobre todo a los escolares, la urgencia que conlleva detener estas actuales tendencias que pueden producir daños irreversibles para nuestro entorno.

Como ven, este es un tema crucial, que afortunadamente ahora, crea grandes inquietudes y nuestro grupo, el Grupo Voz, no puede quedarse al margen.

EL GRUPO VOZ

Si me lo permiten, nuestra empresa merece un capítulo en esta exposición.

Después de 118 años, fecha en la que Juan Fernández Latorre fundó la Voz de Galicia, el buque insignia del Grupo Voz, nuestra multimedia está integrada por casi una treintena de sociedades que operan en todos los campos de la comunicación, una plantilla que supera los mil trabajadores y una audiencia diaria que rebasa el millón de personas.

Nuestra División de Prensa está formada por La Voz de Galicia, Diario de León y Diario 16. El primero es líder en la comunidad gallega, con una difusión media diaria de 110.000 ejemplares. El Diario de León también es líder en su ámbito y alcanza una difusión de 16.000 números. Por su parte Diario 16, que se integró en 1998 en el Grupo Voz, vive unos momentos de evidente revitalización y expansión.

En la División de Radio, el Grupo Voz es propietario de Radio Voz, integrada en el proyecto de radiodifusión de Telefónica Media, que gestiona en Galicia 36 emisoras y tres alternativas programáticas: Onda Cero, Europa FM y Radio Voz.

Nuestro grupo cuenta, además, con una potente División Audiovisual que está produciendo series de ficción de gran éxito y participa en coproducciones cinematográficas con excelente respuesta del público. También, el Grupo Voz, cuenta con una Escuela de Medios de Comunicación en la que se imparte cursos de magister y una empresa de estudios demoscópicos (Sondaxe).

El Grupo Voz, creó también la Fundación Fernández Latorre, para devol-

verle a la sociedad parte de lo que ella misma le ha dado. La Fundación Fernández Latorre tiene, entre otros los siguientes objetivos: fomentar el conocimiento y la difusión de la cultura en general; contribuir al estudio, a la investigación, a la defensa y a la creación de medios de comunicación en Galicia; promover acciones dirigidas a la tercera edad, a la infancia y a los colectivos menos favorecidos de la sociedad; patrocinar iniciativas a favor de la arqueología y de la conversación del patrimonio histórico artístico en Galicia y poner en marcha acciones en defensa de nuestro maltratado medio ambiente natural, como el programa bioambiental Voz Natura, del que ahora paso a realizar la exposición.

EL PROYECTO VOZ NATURA

Como ven, la empresa de comunicación mas importante de Galicia y una de las mas importantes de España no podía permanecer impasible ante el deterioro del medio ambiente y por ello, a través de nuestra Fundación se invita a todos los escolares de Galicia y a los profesores y educadores responsables de su formación, a participar en su programa bioambiental presentando proyectos a desarrollar en el ámbito geográfico del centro de enseñanza.

También los ayuntamientos de Galicia fueron informados del proyecto Voz Natura, dado que su colaboración en las distintas fases de los proyectos puede resultar decisiva para el buen desarrollo de los mismos.

Naturalmente, una idea tan ambiciosa necesita financiación y nuestro periódico, La Voz de Galicia, cede una peseta por cada ejemplar vendido cada día. El coste del proyecto alcanza los cincuenta millones de pesetas por cada edición realizada.

Algunas instituciones y empresas prestaron su colaboración para el mejor desarrollo del programa:

- Conselleria de Medio Ambiente
- Diputación de A Coruña
- Aguas de Cabreiroá
- Aquarium Galicia
- Fundación Alcoa

En este primer curso se contó además con la colaboración de Caixavigo y el Ayuntamiento de A Coruña para organizar una exposición interactiva, relativa a Voz Natura, en la Casa de las Ciencias de A Coruña. Esta exposición fue

como el pistoletazo de salida del proyecto y a su término había sido visitada por más de 200.000 personas.

Se publican unas bases que rigen la convocatoria y de las que destaco los puntos más importantes:

- Pueden tomar parte en el concurso los alumnos de Educación Infantil, Primaria, Secundaria, Especial, Bachillerato, COU o Formación Profesional de cualquier centro escolar de Galicia.
- La participación será por equipos, bajo la dirección de uno o varios profesores o educadores. El equipo ostentará la representación del centro a que pertenece. Dadas las características del concurso, se considera fundamental la colaboración de toda la comunidad escolar. La relación mínima profesor-alumnos será de 1/10.
- Cada equipo participante se implicará en el diseño, ejecución y seguimiento de un proyecto bioambiental que deberá desarrollarse en el centro educativo o en el término municipal donde está ubicado.
- Un Comité Científico integrado por destacadas personalidades de la ciencia, la educación y la comunicación, seleccionará los proyectos en función de la originalidad de los mismos, su interés, participación de la comunidad educativa y viabilidad.
- Con la finalidad de orientar a los equipos que participan en el concurso, se sugieren algunas áreas de actuación y se recomiendan proyectos de acción directa y con vocación de permanencia, aún cuando los alumnos y profesores tienen plena libertad para proponer cualquier iniciativa.
- Una vez aprobados los proyectos, cada equipo comienza con la realización de los mismos de cuya financiación se hace cargo Voz Natura. Ninguno de los participantes recibe compensación económica alguna por la actividad que realiza. Las aportaciones de la Fundación Fernández Latorre se hacen autorizando la compra, en establecimientos de la zona, del material necesario para la ejecución del proyecto. Su importe es abonado directamente a los proveedores por el Grupo Voz.

Voz Natura pone a disposición de los participantes un servicio permanente de asesoramiento. Un comité de seguimiento visita los colegios las veces que sea necesario con el fin de contribuir al éxito de los programas

Los diferentes soportes informativos del Grupo Voz (prensa, radio y televisión) dedican amplios espacios a cubrir la información de todos los proyectos que se realizan.

Esta es la idea y así empezó todo. Pero ahora me van a permitir que hable de resultados.

Cuando se pensó en la realización de este programa no podíamos imaginar cual sería la respuesta y les puedo asegurar que el éxito de la idea desbordó las previsiones mas optimistas.

En la primera edición de Voz Natura, curso 1997-1998, se realizaron 109 proyectos, participando mas de 10.000 escolares.

En la segunda edición, curso 1998-1999, realizaron proyectos 113 centros educativos, con la participación de 12.000 alumnos.

En la tercera edición, curso 1999-2000, participaron 118 colegios, implicándose 13.000 escolares.

En la presente edición, curso 2000-2001, trabajan en el proyecto 20.000 alumnos, representado a 124 centros.

Como ven cada año va aumentando el número de participantes y les puedo decir que también el interés, la calidad y rigor de los trabajos.

A la finalización de todos los trabajos, se realiza una fiesta de fin de curso que empieza a ser conocida como la gran fiesta del medioambiente de Galicia,



y que se ha convertido en el punto de encuentro de todas aquellas personas e instituciones preocupadas por la conservación y promoción del entorno bioambiental, ha sido visitada por 30.000 personas en la primera edición, aumentando cada año el número de visitantes y llegando a 40.000 en la clausura del último curso, 199-2000. Allí se exponen todos los trabajos realizados, en forma de poster y memoria y se entregan premios a las mejores ideas, a juicio del Comité Científico. Se concede un premio por cada provincia y un primero especial al mejor de la comunidad autónoma.

PROYECTOS REALIZADOS

Me queda la parte de exposición que suscita mas curiosidad. Es la relativa a que tipo de proyectos se presentan y como los llevan a cabo y les puedo asegurar que los tipos de actuación son muy variados e imaginativos.

Los proyectos realizados durante las tres ediciones y los que se están realizando durante el presente curso son los siguientes:

● Jardines, huertos y cultivos	241
● Actuaciones en el Agua	21
● Limpieza y recuperación de zonas degradadas	53
● Reforestación y plantación	23
● Reciclaje, reutilización y tratamiento de RS	44
● Estudios, investigación y desarrollo sostenible	39
● Proyección de fauna y flora	32
● Rutas y senderismo	15

PROYECTOS GANADORES

Debemos dejar claro que todos los proyectos realizados en cada curso, son para nosotros importantes y de todos ellos estamos orgullosos. Por ello felicitamos y agradecemos la participación, el entusiasmo y el rigor con que realizaron los trabajos, pero el Comité Científico decide, después de cada curso los proyectos que, a su juicio, por su originalidad, trabajo y repercusión social merecen el reconocimiento de premio.

PRIMERA EDICIÓN

En la primera edición, 1997-98, el premio Galicia al mejor proyecto realizado, correspondió al IESP de Vilanova de Arousa, por su trabajo titulado

Impacto ambiental del turismo en el Parque de Carreirón y su zona de influencia".

De este primer premio nos sentimos especialmente orgullosos en nuestra Fundación Fernández Latorre. El Parque Carreirón está situado en la parte sur de la Isla de Arousa y es un espacio que necesita protección por su importancia como zona húmeda y de visita frecuente de aves acuáticas. El trabajo consistió en estudiar el impacto del turismo de la zona, realizando actividades ecológicas de todo tipo a fin de protegerla. Encuestaron, midieron, limpiaron, concienciaron a la población y trabajaron arduamente también en la explicación y difusión de su trabajo. Los resultados fueron ciertamente espectaculares. Cuatro tomos que recuerdan una tesis doctoral, tuvieron posteriormente gran impacto, tanto a nivel nacional como internacional. Pueden acceder a el tecleando en INTERNET: www.Carreirón.es.fm. Vale la pena.

El premio en la provincia de A Coruña, correspondió al IES de Noia, por su trabajo "Cartografía de los usos, recursos e impactos de la Ría de Noia".

Este excelente trabajo investigación de desarrollo sostenible, implicó a gran parte de los escolares del instituto. Trataron de valorar la realidad de su medio y comparar los resultados con los recursos disponibles en cada lugar. Organizaron salidas, erradicaron vertidos, estudiaban cada zona y reflejaban en unas completas fichas de trabajo todos los resultados. Partiendo de la información de dichas fichas, fotografía aérea y cartografía de la zona, construyeron una maqueta en la que reflejaban basureros incontrolados, aprovechamiento de aguas, usos de la tierra y todo tipo de información interesante que les ayudara en su trabajo.

En Lugo, el Centro Educativo Santo Anxo, de Rábade, mereció la atención del jurado por su trabajo "Saída, servicio a Comunidade". Este centro, en donde se proporciona ayuda a muchachos conflictivos, trabajó duramente en la limpieza de diferentes áreas recreativas de la zona. Estudiaron y limpiaron estos espacios tan castigados por la afluencia masiva de visitantes.

Debemos decir que, a juicio de los educadores, estos jóvenes mejoraron sensiblemente sus comportamientos durante la realización del proyecto, lo que demuestra su implicación en un proyecto de estas características.

En Orense, el IES de Carballiño, mereció el premio con su trabajo "Estudio climático da comarca de Carballiño".

Conocida es la importancia de los estudios climáticos para cualquier proyecto de medio ambiente. Este colegio realizó un interesantísimo trabajo consistente en la creación rigurosa de una estación meteorológica, de la cual extraían datos de extraordinario valor para que los escolares tuvieran la oportunidad de llegar al conocimiento de la importancia del clima y sus cambios.

El premio de la provincia de Pontevedra correspondió al CEIP Enrique Barreiro Piñeiro, de Cambados, por su trabajo titulado "Adecuación ambiental do centro escolar".

Un trabajo que proporcionó al colegio un Aula de Naturaleza en la cual, además de realizar trabajos de reciclaje, reducción y reutilización, acondicionó y ajardinó un espacio muy importante del colegio en el cual afloraba el granito en cada metro cuadrado. Plantaron mas de 100 árboles, lo que proporcionó a los alumnos la posibilidad de conocer especies, estudiar fenología y disponer de un lugar adecuado para su recreo.

SEGUNDA EDICIÓN

Durante este curso, 1998-99, el Premio Galicia correspondió al CEIP-IES Monte Caxado, de As Pontes de García Rodríguez, por su trabajo "Aula de Medio Ambiente".

Los participantes en este proyecto, demostraron que con ilusión, entrega e imaginación, se pueden hacer grandes cosas por nuestro deteriorado entorno. Es uno de los trabajos mas transversales de nuestro proyecto. Reciclaron, reutilizaron, recogieron grandes cantidades de pilas, llevaron a cabo importantes campañas de concienciación, organizando el día de la bicicleta, el de la limpieza, exposiciones y concursos.

Tal vez la actividad mas notable se refirió a la plantación de mas de 1000 castaños y robles, que ellos mismos consiguieron en las propias, a partir de semillas y pequeñas plántulas. En estas plantaciones realizadas en una superficie de 10.000 m2 de monte, cedido por su ayuntamiento para tal fin, implicaron a todos los padres que ayudaron a sus hijos en el trabajo de campo. Construyeron un cerrado para evitar los animales sueltos, estacaron la plantación y atada a cada estaca, hay una tarjeta plastificada que identifica a los alumnos y padres que plantaron ese ejemplar.

El mejor trabajo de la provincia coruñesa, fue ese año para la Escuela Taller de Boiro, por su trabajo "Horto-Xardín aromático e medicinal". En una finca próxima a la escuela taller, construyeron un jardín en el cual plantaron una interesante variedad de especies, repartidas en 6 macizos de diferentes tamaños, todas identificadas por carteles informativos muy completos. También hicieron un estanque en el que disponen de especies acuáticas y anfibios. Bancos de piedra, escaleras de cantería y un buen invernadero completa el trabajo, que convirtió un lugar frecuentado por drogadictos en una zona útil y atractiva. Ahora, tratan de explotar la idea invitando a escolares de la zona para que visiten su jardín y reciban alguna clase de botánica.

En Lugo, destacó el trabajo realizado por el CEIP Luis Pimentel, que con su proyecto "Actuar para mellorar", consiguió llevar a cabo actuaciones en el propio centro, a base de limpiezas, construcción de jardines y plantación de varias especies. También en el exterior del colegio, crearon un vivero, fabricaron compost, plantaron árboles autóctonos y responsabilizaron a cada clase de su cuidado.

El Colegio Público "Curros Enríquez" de Ourense, consiguió el premio al mejor trabajo de la provincia, con el proyecto "Mellora, conservación e estudio do entorno escolar".



Estos escolares consiguieron cambiar espectacularmente el paisaje vegetal del centro, a base de plantación de varias especies de árboles y arbustos. Construyeron cajas nido, reciclaron y erradicaron un vertedero incontrolado cercano a su colegio.

En la provincia de Pontevedra destacó el trabajo del CEIP de Rubiáns, con su proyecto "Recuperación do bosque autóctono-horto escolar-xardín botánico".

Este trabajo le valió el reconocimiento general de la zona, por su trabajo de protección de especies. Plantaban árboles en el centro y luego realizaban reforestaciones en el exterior. Es de admirar lo bien organizado que tienen su jardín y huerto y la forma en que tratan de hacer tomar conciencia al alumnado de la importancia del entorno. Cada clase se responsabiliza de su parcela y el trabajo lo llevan a cabo con gran entusiasmo y rigor.

TERCERA EDICIÓN

En este curso 1999-2000, el premio Galicia correspondió al CEIP de Palmeira, por su trabajo "De parte a parte, limpiar de lixo o Baluarte".

Fue un trabajo multidisciplinar y de contenidos importantes. La actuación mas notable se realiza fuera del centro. Con regularidad y durante todo el curso, los alumnos salieron a la playa de "O Baluarte" y allí se dedicaron a su limpieza y recogida de materiales que relacionaron, evaluaron y expusieron. Hicieron acuarios, herbarios, algarios, recogieron y determinaron todas las conchas encontradas y colocaron un gran cartel concienciador en la playa, que invitaba a todos los usuarios a mantenerla limpia.

También en el propio centro montaron un taller de reciclaje, llevaron a cabo diversas plantaciones y construyeron una maqueta de "su" playa.

En la provincia de A Coruña, el CEIP "Francisco Vales Villamarín de Betanzos, nos sorprendió con un innovador trabajo titulado "Estudio da pranta de tratamento de augas para abastecer a cidade de Betanzos". Fueron al río, justamente al lugar de donde se extrae el agua que abastece la ciudad. Allí, limpiaron, reforestaron y mas tarde, completaron el trabajo con tareas de gabinete muy completas. Analizaron el agua, maneras de ahorrar un bien tan importante y todo lo que ayudara a concienciar a la ciudadanía del problema. También confeccionaron una maqueta que sirvió para que todo el mundo entendiera bien su trabajo.

El CEIP "Monseivane" de Lanzós-Villalba, consiguió el premio de la provincia de Lugo, con el proyecto "Recuperación da Biomasa". El patio de recreo de este centro, con una superficie de 6.000 m², sufrió una espectacular transformación después de las actuaciones de Voz Natura. Recuperaron zonas verdes, construyeron muros vegetales, ajardinaron, desviaron corrientes de agua que se llevaban la biomasa y mejoraron sensiblemente una zona de recreo. También plantaron especies arbóreas fuera del centro y montaron un taller, en el cual hicieron labores de reciclaje y reutilización.

Como ven, un trabajo completo y variado.

En Ourense, el CEIP "José García", de Mende, se llevó el premio provincial, con el trabajo "Estudio y clasificación da flora e fauna do entorno do centro".

Estos escolares, con gran ilusión, acometieron la tarea de estudiar la flora y fauna de su entorno y además, plantar árboles en parques públicos de la capital ourensana. También, dentro del centro, dispusieron de un aula de naturaleza, en la cual reciclaron, reutilizaron, recogieron pilas e hicieron carteles alusivos a la protección del entorno.

Los alumnos de la Escuela de Capataces de Lourizán, de Pontevedra, se empeñaron en un proyecto titulado "Restauración biolóxica e paisaxística dos Salons do Lérez".

Los denominados Salones del Lérez, constituyen las márgenes de dicho río en las proximidades de su desembocadura, en Pontevedra. Es un espacio de gran interés paisajístico y biológico, pero muy degradado por la proximidad de un núcleo urbano tan poblado. El proyecto consistió en parte de su recuperación, eliminando vertidos, restaurando el paisaje a base de reforestaciones, recuperación zoológica y de un viejo balneario de la zona. ◀◀



Fernando Pariente

Xefe do Servizo de Educación
Concello de A Coruña

» En los municipios españoles, supongo que no debe de haber unas diferencias esenciales con lo que pueda pasar en Portugal, las competencias y responsabilidades de los ayuntamientos en el campo de la educación se reducen a tres áreas: la primera, a la que denomino, de gestión de las competencias y las responsabilidades municipales en materia educativa, que es de obligado cumplimiento, afecta sobre todo al estado y conservación de edificios escolares del nivel de Educación Primaria.

La segunda engloba una serie de actuaciones dirigidas principalmente a niños en edad escolar. Y el tercer campo de actuación es la promoción de las políticas educativas necesarias para desarrollar la educación permanente de los ciudadanos.



Por lo que respecta a la primera área de actuaciones, los ayuntamientos son directamente responsables de que los edificios escolares estén en buen estado y ofrezcan unas instalaciones adecuadas. Además también es obligación municipal colaborar en la participación de la sociedad en el desarrollo de la educación y en el cumplimiento de la escolarización obligatoria. No me voy a extender más en la explicación de este tipo de actividades que cada ayuntamiento cumple de acuerdo con los medios materiales de los que dispone.

La segunda área de actuación se puede entender como un refuerzo de la acción educadora que se lleva a cabo en los centros escolares a fin de elevar la calidad educativa del municipio. Es una función que complementa la acción educadora de la administración educativa que depende directamente del gobierno del estado o de la Comunidad Autónoma.

Es necesario tener en cuenta que existen en el mundo dos formas diferenciadas de entender la estructura de un sistema educativo: una, que procede del mundo anglosajón, en la cual el municipio tiene una responsabilidad fundamental sobre la organización de la educación y de él depende el funcionamiento de todos los centros educativos de su ámbito, y otra, que se ha desarrollado más en los ámbitos de cultura latinos, alrededor del Mediterráneo, muy influenciada probablemente por la centralización francesa en la época de Napoleón, que desligó a los ayuntamientos de la función de organizar la educación y la reservó para el estado.

En nuestro entorno, la organización de la educación corresponde a administraciones dependientes de los gobiernos centrales o regionales. En este sistema a los municipios sólo les queda la posibilidad de organizar actividades que, sin ser responsabilidad directa del municipio, puedan establecerse en campos que la legislación permita. Estas actividades serán siempre de colaboración subsidiaria a una tarea de conjunto que es competencia de la administración educativa estatal. Por tanto, no se trata de responsabilidades que sean de obligado cumplimiento para el ayuntamiento, sino de opciones políticas que serán determinadas por la voluntad que manifiesten las corporaciones municipales de implicarse en el campo educativo a fin de mejorar la calidad del conocimiento de sus ciudadanos. La implantación de este tipo de objetivos y programas ha supuesto un cambio bastante grande en el ayuntamiento de A Coruña respecto a lo que se hacía en ayuntamientos anteriores a la época democrática.

En el momento de la aparición de los ayuntamientos democráticos, las corporaciones locales no ofrecían ninguna actuación de este tipo. Hace sólo quince años casi no se concebía que un ayuntamiento pudiera siquiera plantearse esa posibilidad. Sin embargo, en A Coruña desde la implantación de la democracia se ha hecho un esfuerzo muy importante y, en mi opinión, creo que la ciudad ha destacado de una forma especial por el desarrollo de este tipo de programas educativos.

El diseño y programación de esos programas específicos para escolares se ha hecho también desde unas bases teóricas. Las decisiones de hacer estos programas se toman en base a unos principios que resumo a continuación.

En primer lugar a un criterio de subsidiariedad, es decir, las intervenciones municipales han de complementar el curriculum escolar, deben de servir para reforzarlo.

Segundo, a un criterio de complejidad: las actuaciones municipales deben centrarse en aquellos campos que superen la capacidad organizativa de las escuelas o de los centros, dado que el municipio posee unos recursos que le permiten afrontar la organización de eventos complejos, tales como temporadas de conciertos o de teatro, etc., etc.

Tercero, la universalidad: la actuación municipal debe estar al servicio de todos los centros escolares, debe asumir toda la demanda que la ciudad origine, por ello deben rechazarse actuaciones que podrían dirigirse a un ámbito escolar parcial, pero que dejarían excluidas otras zonas de la misma población.

Cuarto, la libertad: los centros deben libremente acogerse a ellas en función de su propio Proyecto Educativo, de este modo irán creando sus señas de identidad.

Quinto, la estabilidad: si los centros deben integrar estas actividades en su proyectos educativos, estas tienen que ser actividades estables, que permanezcan a lo largo de los años y aseguren la participación continuada ellas.

Sexto, finalmente, la empatía, es decir, la actuación municipal debe procurar la implicación de los profesores en el desarrollo de las actividades. No se podrán conseguir los objetivos educativos que se proponen si los profesores no son eficaces transmisores de los mismos.

Fundamentados en ese cúmulo de principios, se producen en el municipio de A Coruña una serie de programas descritos en el folleto "Aprender en Coruña", ya mencionado, y que, reitero, tienen Uds. a su disposición. Llevan el nombre genérico "descubrir". El aprendizaje es siempre un descubrimiento y siempre una tarea personal.

Descubrir Coruña es un programa semejante a varias experiencias cuya descripción ya habéis oído, conocer la ciudad e incorporar a los escolares a la ciudadanía a través del mejor conocimiento de ella.

Cada programa puede tener distintas actividades. Descubrir los libros es un programa dedicado al fomento de bibliotecas escolares. En el estado español una de las lagunas que tienen los centros escolares es la deficiencia de bibliotecas. No existe personal específico dedicado a ellas ni se ha procurado desarrollarlo. Para suplir esa situación dentro del municipio de A Coruña se intentan establecer bibliotecas escolares, y otras actividades de animación.

Descubrir el teatro tiene como objetivo el fomento de la actividad teatral y de la educación teatral; por una parte la educación de los espectadores del teatro, la difusión del gusto por asistir al teatro mediante la asistencia programada a sesiones de teatro profesional para niños, y, por otra parte el desarrollo de actividades de teatro en los centros, mediante la programación de representaciones escolares.

Descubrir la música está dedicado al conocimiento musical no como práctica, o adiestramiento de actuación musical, sino como preparación para el disfrute de la música como oyente o como espectador.

Descubrir la informática fomenta el uso de las nuevas tecnologías en todos los centros de la ciudad. Este es su tercer año de implantación, con colaboración de la Facultad de Informática de la Universidad de A Coruña.

Descubrir el juego está dedicado al aprendizaje de enseñanzas de ocio formativo. En todos los centros públicos del municipio y gran parte de los privados, la jornada escolar se produce de mañana, lo cual crea un problema social: qué pasa con los niños durante la tarde. Para cubrir esa carencia social nace este programa que integra distintas actividades y hace pasar a los niños por distintas experiencias lúdicas, organizando el ocio del niño para que adquiera una formación en distintos campos.

Paso, ahora, a esbozar brevemente lo que corresponde a la tercera función propia de los municipios: la promoción de las políticas necesarias para la formación permanente de sus ciudadanos. Todas estas actuaciones constituyen campos de colaboración en los que intervienen muchos factores sociales. Es la llamada educación "no-formal", que también puede confundirse con la política cultural, si está se realiza con objetivos determinados. La ciudad es un espacio educativo privilegiado, porque es un espacio de vivencia e intercambio. La ciudad es educadora por sí misma, incluso cuando no educa en positivo, a lo mejor lo que hace es "deseducar", pero no cabe duda de que la convivencia hace que se modifiquen los valores de las personas y eso es la función más profunda de la educación. Lo vemos claramente en la incorporación de amplios sectores de la población rural a la población urbana: personas, que estaban degradantes de su personalidad por que la ciudad les ha desadaptado y deseducado. Por este motivo en A Coruña se ha priorizado en el gasto de inversiones la dotación a la ciudad de espacios que sean marco de formaciones continuadas, de producción de cultura, ocio y bienestar.

Es una cuestión de planificación: se puede apostar por la programación indiscriminada y aleatoria de actividades culturales siguiendo la oferta del mercado, o elegir primero la inversión en dotación de los espacios necesarios para que después se pueda desarrollar una política coherente y ambiciosa cultural. En A Coruña se ha priorizado la inversión en dotación de equipamientos, y esto tiene una repercusión no sólo en la calidad de vida de los ciudadanos, si no también una repercusión económica en la creación de empleo. En A Coruña esta política ha tenido repercusiones evidentes tanto en la atracción de nuevos visitantes a la ciudad, como en la creación de puestos de trabajo. No sólo es necesario dotar de personal esos espacios, sino que también las actividades que esos espacios generan para no morir después, están produciendo una creación continua de empleo. Sólo en nuestros programas educativos, sin contar toda la programación cultural, están trabajando a tiempo parcial cerca de 200 monitores. Además hay que tener en cuenta que la propia actividad genera más crecimiento porque contagia a la iniciativa privada a participar en el desarrollo.

Este planteamiento tiene su traducción en el presupuesto anual municipal. Durante los últimos años la actividad educativa y cultural ha acaparado entre un 20-25% del total del presupuesto municipal, excluido el gasto de personal.

Otra característica muy específica del municipio de A Coruña es la continuidad de los responsables políticos que ha comportado una estabilidad de los objetivos a cumplir y una progresión continua de la programación. Por este motivo la ciudad cuenta hoy con un equipamiento cultural importante. Se puede destacar, entre otros aspectos, el museístico, con la Casa de las Ciencias, un museo interactivo dedicado a la presentación de la ciencia moderna y a su desarrollo, la Domus o Casa del Hombre, que es también un museo interactivo dedicado al cuerpo humano y a las personas que formamos la especie humana, y el acuario Finisterre o Casa de los Peces, que es un museo interactivo dedicado al mundo marino, el Museo Arqueológico e histórico, instalado en un antiguo castillo, fortaleza defensiva de la ciudad. Pero también hay realizaciones importantes en las bibliotecas municipales, con el desarrollo de seis bibliotecas instaladas en distintas zonas de la ciudad, equipadas con importantes secciones entre las que destacan las Infantiles; en la creación de centros cívicos, instituciones integradas con servicios culturales, sociales, ...que cuentan con auditorios, biblioteca, hemeroteca ...Los más importantes son el Forum Metropolitano, el centro de Montealto, el centro del Castrillón, de San Diego, que están en distintas zonas de la ciudad.

Además, se ha creado un centro de formación ocupacional que se ocupa de la estrategia a la que se aludía en la presentación de esta mañana y que está dedicado específicamente a este objetivo: la formación y el asesoramiento para el empleo, organizando cursos de formación, escuelas taller, distintas modalidades de preparación para la obtención del primer empleo, etc...

También se ha creado una Escuela Municipal de Música, destinada a alumnos de todas las edades, con una matrícula, en este momento, de 500 alumnos, pero con capacidad para 600 plazas, especializada en sistemas prácticos de aprendizaje de instrumentos musicales alternativos a los sistemas tradicionales de aprendizaje en conservatorio musical.

Existen también otras instituciones, ya más generalizadas en otros municipios, como el archivo municipal, o el centro de información juvenil, o los centros de servicios sociales. Además de los centros cívicos de que hablaba antes, hay ocho centros más pequeños, dotados de unidades de servicios sociales y de instalaciones en las que se desarrollan actividades culturales y de ocio.

Todo esto os puede dar una idea del equipamiento público del que la ciudad dispone y en é que obviamente se desarrollan, ahora, gran cantidad de actividades, de actuaciones. En este momento el reto que le municipio se plantea es el de coordinar adecuadamente una programación cultural apta para ofrecer a los usuarios, a los ciudadanos en este caso, unos recursos de formación y ocio de calidad a los que tengan acceso en condiciones de igualdad de participación. ◀◀

O ROL DA CIDADE NO PROCESO DE TRANSFORMACIÓN DA ESCOLA

Xosé Manuel Iglesias Iglesias

Concelleiro de Educación de Santiago de Compostela

►► Vou intentar establecer unhas liñas de reflexión e de actuación que eu creo que conforman a realidade dunha cidade como é a de Santiago, que eu creo que é unha cidade que nos dez últimos anos, pois viviu un interesantísimo proceso de transformación como tal, e que aínda no exclusivamente no terreo educativo o que máis nos interesa, creo, a reflexión que se propón polo Eixo Atlántico, non debe quedar reducido exclusivamente a unha exposición de programas de actividades para a escola.

Entón, eu creo que é un bo inicio desta reflexión, pois aínda sin preternder implicar á intervención de pola mañá, eu como persoa que participa nun foro de debate do Eixo Atlántico, pois interésame especialmente salientar unha reflexión que podría ser o punto de arranque do que pretendo e que conecta co que hoxe pola mañá nos recordou Alfonso Martinel e que ten que ver, con que, efectivamente, cada día máis estamos nunha situación cunha



sociedade moi cambiante no que as características, dos problemas que se lle plantexan os cidadáns son características, son problemas realmente cada vez máis globais pero a súa resolución, cada vez máis, hai que intentar afirmar porque insisto nos movemos no terreo das administracións locais e este foro é un foro de debate que ten que ver cos municipios curiosamente do norte de Portugal e de Galicia e que ese espacio de análise e de coñecemento pois é un sitio idóneo o propio mundo local. É precisamente ahí donde se teñen que resolver e executar propostas que fagan efectivamente o que pretendemos todos, que as persoas accedan a eses obxectivos de calidade de vida que estamos reiteradamente solicitando, e que eses obxectivos de calidade de vida teñen que ser o obxecto prioritario de acción pública, tanto dos responsables políticos como obviamente das maquinarias municipais, e teñen que ver con contidos diversos non exclusivamente coa problemática escolar, ten que ver con temas como sustentabilidade, ten que ver con temas como o benestar social, ten que ver con temas como a solidariedade e democracia social e a participación cidadana.

Polo tanto, se podemos falar dun modelo, este ten que ver con aquel que resulte da complicidade de tódolos axentes que participan na vida local, de tódolos axentes, do maior número posible de axentes, a través de fórmulas diversas moitas delas ou a maioría delas por intentar porque moitos dos que temos posto en práctica cada día esgótanse e temos probas suficientes como para saber que hai que xenerar novos modelos de participación. Polo tanto, o que debemos procurar é que tódolos axentes, insisto, compartan, vivan nunha tensión suficientemente compartida, para que dende a planificación se convirta, se transforme ese espacio sobre el que estamos traballando. Esta potencialidade que ten a realidade local e a importancia polo tanto de traducilo en políticas concretas que incidan na vida cotiá, pois teñen que ver cun conxunto de desafíos que eu creo que tamén é importante, aínda que só sexa deixar así por riba, pero que eu creo que vai marcar bastante o traballo das administracións locais dos concellos tamén das áreas educativas de mocidade, de cultura, de benestar social, etc..., e que algunha desas políticas que hai que desenvolver como núcleo orientador dunha acción de goberno dende as vilas e as nosas cidades teñen que permitir avances na convivencia, ¿cales? Pois podemos situar algunhas, podemos situar algunhas e vou tamén a procurar non ligalos excesivamente cos diferentes colectivos que actúan nas cidades, porque eu creo que podíamos acordar poderíamos concordar que todos eses áreas que vou descri-

bir pois teñen unha concreción particular en cada realidade municipal. Pero, en todo caso, hai unhas liñas de forza que poderíamos situar nos seguintes: o primeiro ten que ver co tema da paz, en todo caso da convivencia, da xeneración de hábitos de convivencia nas nosas cidades seguidas. Esta é unha área de traballo importantísima que eu creo que todo o mundo ten na cabeza e que se transforma con maior ou peor fortuna en múltiples programas pero ese digamos cunha torrentera, unha liña de traballo tremendamente interesante é o tema da paz como digo a xeración de hábitos de convivencia entre as persoas mediante o exercicio da cidadanía e a promoción e defensa dos hábitos democráticos. Dende logo, o principal de todos eles como é lóxico é o da participación e, polo tanto, ese sería o área que hai que redefinir, que hai que explorar, que hai que procurar que se concrete outro no maior número posible de experiencias e no concurso do maior volume de colectivos da cidade. Un segundo eixe da intervención ten que ver cos temas da pobreza, se se quere, con temas de desfavorecidos que efectivamente nas nosas cidades en maior ou menor grado e ubicadas polo propio desenvolvemento urbanístico da cidade se sitúan en determinadas zonas de conflito ou de marxinación da propia cidade, e onde é necesario despregar accións integráis e coordinadas entre ámbitos diversos, entre departamentos diversos da propia estrutura municipal sen esquecer os propios colectivos que na cidade dedican, definen e implementan políticas concretas neste aspecto, pero dentro do propio concello hai que intentar comprender esta acción integrada e coordinada á obxecto de definir políticas que teñan que ver co tema da vivenda, tema absolutamente clave, a tendencia lóxica a falar da miña cidade, pero creo que sería extensible a todas, e o grave o grandísimo problema de non exclusión de grupos importantes de poboación que con menor calidade fora do circuíto municipal, pois teñen que ir buscando novos lugares de habitación, ¿non?

Pero tamén ten que ver co tema da educación, que é o noso campo digamos un pouco máis específico, ten que ver co tema de sanidade o tema de formación o tema dos hábitos culturais. Un terceiro, digamos, impulso ou eixe de actuación das nosas políticas, tería que ver coa actividade xestora da propia comunidade e que ten que ver con eso que é un concepto cada vez máis extendido que eu creo que todo o mundo podemos comprender ou concordar que é o tema do desenvolvemento sostible e a propia xestión axeitada do entorno, un valor importante que cada vez máis ten que ver coa calidade de vida de todos nós e que afecta dende os máis pequenos que non contan capacidade

para él e grupos enteiros de poboación que non disfrutaran das posibilidades de todo tipo con que contan as cidades e as vilas. Unha última, un último digamos eixo de traballo, eu creo que tería que ver co concurso e a participación de diferentes axentes cidadáns e que debe orientar un pouco as actuacións que se programen dende os concellos. Un acordo destas características que reúna un pouco estas políticas que estamos intentando definir e implique o maior número posible de colectivos ou, se se quere, en xeral de cidades. Eu creo que sería para as institucións e esto me parece un faro interesante, sería para esas institucións o mellor programa de goberno para os propios concellos. É dicir, o despliegue de programas concretos de accións de traballo destas catro liñas pois perfectamente podería abranguer ó que sería o obxecto de traballo dende a administración local, dende os concellos.

Polo tanto, claro todo ese papel tan importante que teñen as cidades pois fai que obviamente os gobernos locais queiran dar resposta á complexidade da situación e normalmente ou últimamente parece que todos concordamos en que pensar globalmente este tipo de actuacións dos concellos precisa dun proxecto de desenvolvemento que ten moito que ver coa planificación estratéxica e que eu creo que aínda que é un concepto tomado doutras disciplinas, eu creo que é o que dá medida un pouco da capacidade de exactamente de planificación e de xestión urbana. Obviamente, é unha ocasión idónea para que se produza o encontro entre distintos colectivos, é dicir eso debe ser, debe actuar, digamos, que como resposta ao impulso que se xenera dende os gobernos locais, pero que debe traducirse no concurso tanto de disciplinas diversas como de sectores diversos, como de profesionais diversos. Aquelas cidades, aqueles concellos, aqueles comunidades que saben combinar este tipo de actuacións dan resultados que eu creo que todos temos en mente sexan no caso noso en España, sexa no caso galego, a menor tamaño, e supoño que en Portugal, aínda que non sexa un gran coñecedor pero aínda a fin de semana pasada tiver a ocasión de disfrutar dun fin de semana en Porto e vexo que, efectivamente, a actuación é brutal, brutal no sentido da palabra é dicir hai unha intervención que seguro que ocasiona unhas grandísimas incomodidades, unhas fortísimas tensións na cidade, pero que vai ser un motor de desenvolvemento. No caso da miña cidade, de Santiago de Compostela, pero non en exclusiva, o que pasa é que teño que facer así algunha que outra relación ca cidade na que traballo, pois isto foi o que conformou o gran salto cualitativo no que eu creo que é unha evidente mellora da calidade de vida dos cidadáns.

E iso ten que ver coa resolución dos problemas que xa hai un momentíño apuntei e que son problemas onde a pe, tal como creo, que se leva repetindo máis ou menos claramente ó longo de tódalas intervencións, son os problemas que realmente teñen as persoas, son problemas que teñen que ver coa dotación de solo urbanizable, son problemas que teñen que ver ca xeneración de infraestructuras e de equipamentos colectivos, ten que ver coa atención sanitaria, dende logo co problema gravísimo do tráfico e da contaminación, tamén co tratamento de residuos, coa xeneración das pequenas bolsas de emprego que se poden xenerar e coas novas formas de emprego, etc... polo tanto, eu creo que de novo isto é o que marca digamos que aquelas cidades, aquelas vilas, aquelas realidades que son capaces de combinar estes fíos e que dalgunha maneira son capaces de posicionar intelixentemente para afrontar as novas oportunidades que se nos presentan dende as comunidades locais. Santiago, como outras cidades, tal como diciades Santiago de Galicia, pois dalgunha maneira non de moitas maneiras, de moitas maneiras, preparou este pequeno asalto para intentar dar respostas a esta situación, insisto que non é a orixinalidade de Santiago como intentarei explicar, pero eu creo que digamos que unha interesantísima fonte de aprendizaxe que Santiago como o resto das cidades ten que seguir ese itinerario, ese circuito formativo para entendernos, e adoptar de maneira orixinal e particularizada o seu propio proxecto particular de desenvolvemento e que sen dúbida pois isto tivo un claro e evidente cambio de actitud. Eu creo que co paso do tempo, estamos falando de dez últimos anos, sempre as décadas parece que marcan un pouco a referencia, pois en eses dez anos eu creo que os cambios de actitude, de sentimento, de identidade, etc, etc... dos propios composteláns, pois eu creo que foi en paralelo co cambio radical da fisonomía urbana da cidade. Obviamente, cando se fai esa segregación é porque esa socorrida frase de: "¡que, bueno, visitar unha cidade hai dez ou quince anos e vivila dez ou quince anos despois!". Aquelas cidades que foron de tensionar as potencialidades pois teñen uns resultados evidentes e eso é o que pretendo introducir.

Para esta nova oportunidade de crecemento, no caso de Santiago, por intentar centrarme un pouco, pois o concello foi que exerceu un clarísimo liderado, foi o concello quen de múltiples maneiras exerceu esa labor de liderado, digo para ratificar efectivamente ese papel que poda xogar un goberno municipal e co frente dese proceso transformador, non en exclusiva, obviamente, non en exclusiva para dalgunha maneira o liderado e ten que ver, non cabe

dúbida, cun período de bonanza, de bonanza refírome en moitos aspectos, ó aspecto político e tamén de colaboración e de estratexias que normalmente ten que ver coa concorrencia de diferentes institucións. Obviamente, o paso citado reiteradamente da universidade, o concello, o goberno autonómico e, no seu caso, tamén do goberno central pois fai que axude a que se concrete ese interesante e sexa proxecto transformador. Ben, hai horizontes, non é o caso de extenderme onde aquel por fuxir do concepto exclusivamente escolar, pois busco referencias, por exemplo, en Porto ou aquí en Guimaraes, pois as preguntas que fas normalmente son cal son os fitos de transformación da cidade normalmente coincide en casi tódolos sitios e eu, si me permiten así a digresión, direi que, por exemplo, que os momentos máis trascendentais non son obviamente o inicio ou transformación ou da acción exclusivamente educativa ou sectorial, senon que eso preciso do debuxo da cidade e que xeralmente ten que ver con planes estratéxicos ou planes xerais de ordenación urbana, etc... que son grandes ocasións de concorrencias de xentes, de profesionais; e eso da uns resultados moi positivos, é o elemento ou fío conductor que parece que permite esos elementos de transformación. No caso de Compostela foi este e, non é o momento de extendernos pero, que quede constancia deso porque eso tuvo que ver con, ampliación da zona industrial, da xeración de complexos sanitarios que nunca podería cometer un concello unha administración ou dúas solas, tuvo que ver co lanzamento da universidade, tuvo que ver coa protección de espazos moi sensibles da cidade, aquí estivemos falando toda a mañán, pero temos temas concretos de esas zonas tan delicadas que conforman as propias cidades que son as zonas verdes, os xardíns que tamén os espazos pequenos das cidades, senón as grandes superficies que poden garantir un equilibrio equilibrado, pois que teño aquí o representante de Vigo, da Coruña, o de Guimaraes, o de Porto, o de todos e que cremos que con esos montes ou esas zonas verdes, ou ríos ou cuencas, etc... algo que permite, digamos, unha nova organización da cidade. Ben, digamos que no caso de Santiago esta concorrencia tamén tivo moito que ver con que, bueno, pois que en Galicia déronse unha serie de coincidencias que foron moi favorables para a cidade. Non cabe dúbida de que en Santiago nos caeu ou se dou a capitalidade autónoma de Galicia en Santiago, e eso xenerou unhas dinámicas enriquecedoras en Galicia, se crean os propios problemas... pero, en todo caso, é un elemento importante que eu, como compostelán, teño que dicir, e non cabe dúbida tamén que a concorrencia de varias administracións neste proxecto pois dou unhas innegables vantaxes, pero esas hai que buscalas, e de novo

volvo a dicir a importancia que ten o goberno local é importante, porque se o goberno local non lidera ese proceso, pois probablemente non disfrutaríamos desa situación. En todo caso é necesaria esa cultura que tamén se reitera por medio do pacto, do consenso, do diálogo, para que as distintas institucións, as distintas administracións pois acorden os seus medios, etc... Ben, no caso de Santiago hai un elemento, ademáis, polo que hoxe pola mañá houbo algúns momentos en que algún compañeiro, vos acordádevos do compañeiro de Ferrol que facía unha pregunta en concreto ó profesor Martinel e lle preguntaba qué novas formas de financiamento etc..., se poden, teñen que buscar os concellos para acometer esos grandes procesos, esas novas dinámicas. No caso de Santiago, por moito que sea dese proxecto de liderado e desa búsqueda de fórmulas de transformación social, pois contamos cun elemento executivo que é enormemente interesante que é o consorcio da cidade de Santiago. É unha estrutura administrativa que, si alguén ten interese, hai unha folla ahí fora, a pode consultar, é unha instancia administrativa e política dunha grandísima rendabilidade para a cidade de Santiago, que aínda que pase por momentos de avances e retrocesos como todas as institucións, pois está creando realmente as propostas máis orixinais de toda a sección da cidade, dende a creación de infraestructuras e equipamentos á construción e remodelación da rede viaria de transporte, á propia coordinación de investimentos de todas as administracións e tamén, por qué non dicilo, no terreo educativo con grandes e agrada-



bles resultados. Sobre todo, esta estrutura administrativa posibilitou solucionar, eu creo que con uns niveis altamente satisfactorios, o gravísimo déficit de infraestructuras e equipamentos da cidade de Santiago. Con todo, eu teño que dicir que non é exactamente así porque, como tamén se ten dito, sempre hai unha maior demanda de necesidades e unha dinámica tremendamente activa. Polo tanto, as necesidades son distintas e ademáis non son sempre as mesmas e hai que ser orixinal na busca de novas posibilidades, ben. A situación ademáis en Santiago non pode esquecer, a de Santiago ou a de calquera cidade ou vila que quera xogar o seu papel, ten ademáis un trasluz de ilusións e é aquela que ten que ver co seu papel na comarca. No caso de Galicia ese papel é moi importante, porque a estrutura comarcal sexa con maior ou menor fortaleza, maior ou menor dignidade, pois ocupa un papel importante, no caso da nosa cidade, Compostela, pois o seu papel é importantísimo nese proceso digamos, de búsqueda de novas funcións, porque esixe poñer en marcha estratexias moi diversas que ademáis, volo teño dito ó longo do día de hoxe, non son só, que si fundamentalmente, servicios para ós compostelans ou para ós cidadáns de Guimaraes ou de Porto, ou de Vigo ou da Coruña, porque son cidades que teñen que pensar na súa rede de infraestructuras e equipamentos sabendo que teñen que dar satisfacción a comunidades que doutra maneira estarían en franca descompensación. Ben, entón todos estes escenarios que estamos falando creo que, aínda que fale de Compostela, moitas cidades poderíamos concordar moitos deles e eu creo que é importante que teñamos en común tamén no aspecto educativo que en algunhas intervencións, sobre todo na intervención que queríamos que centrara o debate e o encontro destes días, pois hoxe pola mañá se deu aquí, e que é unha invitación para que a xente, tanto as que traballamos por delegacións nos nosos concellos do Eixo Atlántico, como para ós axentes sociáis, aquí hai moita xente que provén do mundo escolar, que son directores de centros de ensino ou profesores e profesoras, ou que son membros da cámara de comercio industriáis... é dicir que son sectores tremendamente activos que teñen que poñer o seu esforzo neste tipo de concepción para que fructifique en políticas realmente transformadoras para á cidade. Dende logo en Guimaraes non teño que, eu non son quen porque dei un paseño por aquí e resultou moi agradable e eso demostra o valor de moitas destas estratexias, pero que temos que estar continuamente intentando renovar. Ben, con todo obviamente e adicándome o caso esencial foi, son aínda moitos os indicadores que non son satisfactorios. Por exemplo, por buscar algún punto de desencontro, aínda que non é o argumento importante, eu creo que hai que

correxir determinadas actuacións dos poderes públicos no aspecto de excesivo protagonismo social e que é necesario, como decíamos, ó longo da mañá en moitos momentos que é necesario que se lle permita a emerxencia a distintos colectivos e actores que conviven que sexa no ámbito do público e non do privado, é necesario ademáis que ese protagonismo das administracións públicas que é absolutamente imprescindible dende o meu punto de vista porque, analizando o caso de calquera cidade ou vila que traballa nesta perspectiva, precisa de ser liderado por parte das administracións públicas, pero claro sempre respetando espazos de traballo no mesmo doutros axentes sociáis. En todo caso, este é o camiño que hai que seguir para contar cun tecido comunitario asociativo dinámico, vivo e, obviamente, Santiago sabe que non podía ser igual no resto do país, bueno, en Galicia e outras zonas, pois o que sí apreciamos como contrapunto a isto que vou a decir é unha febleza na capacidade colectiva para afrontar estas cousas. Eso é evidente, unha gran febleza para actuar, o tecido social é feble e é necesario que se fortaleza para que todo isto que estamos a falar teña a súa dimensión. Polo tanto, é necesario que as políticas locais teñan en conta como unha das situacións prioritarias este punto que estou comentando.

En Santiago isto traduciuse en accións concretas, por exemplo, na búsqueda de novos espazos de participación coa existencia do movemento de par-



ticipación cidadán que é moito máis dinámico, a remodelación e a creación de novos foros no ámbito da educación e turismo e desenvolvemento económico que son dende logo oportunidades, maiores ou menores de contraste de opinións, e dende logo, si están ben canalizados, pois van a xerar dinámicas como a que estou intentando definir minimamente. Tamén é certo que non debe circunscribirse en termos de participación, porque... así... bailando un pouco, non debe circunscribirse exclusivamente á creación de regulamentos de participación cidadán ou de participación sectorial, pero en todo caso é importante contar con eles, digo e recordando ó que se me vén á cabeza de mañán e de tarde, pero é dende logo determinante, si non os hai os eidos de participación son evidentes. Agora, non deben ser exclusivos e hai que idear e desenvolver novos mecanismos de participación. Se non, xa sabemos o que ocorre. A participación ten que ver exclusivamente coa asistencia a actos públicos ou regulamentarios ou a elementos conmemorativos e evidentemente non é esta a liña de traballo na que debemos movernos. Non cabe dúbida de que neste camiño o tema da educación como proceso de crecemento persoal e comunitario, pois é onde eu quero situalo, é un proceso vital para o desenvolvemento da cidade, e de novo, conectando coa idea do principio, é un tema que non pode circunscribirse ó tema escolar. Esta é unha idea que creo que concordaremos moitos e que non só ten que ver co tema escolar, si non que ten que ver co tema familiar e social, ten que ver coa formación básica profesional ou ocupacional e que se orienta a novas culturas en ámbitos diversos, non só de grandes infraestructuras culturais, senón na cultura do tempo libre, do ocio, etc., pero, en todo caso, ese entorno educativo cultural é o que vai a permitir contar cunha cidade tamén activa, na liña do que xa temos falado tamén pola mañá. Polo tanto son conceptos estos da educación e da cultura que temos que evolucionan como evolucionan e que o que temos que pretender é deixar de identificar, efectivamente, educación só cos parámetros que vimos asociando dende hai moito tempo, é dicir, coa preocupación estatística que se produciu durante moitos anos do que temos falado xa, que hoxe en día por sorte o que son os mínimos eu creo que a maioría das cidades contamos con eles, son grandes conxuncións universais na que xa a maioría da poboación disfruta delas. Polo tanto, hai que dar un salto cualitativo e non falar exclusivamente de taxas de escolarización e cultura como unha cuestión numérica de equipamentos. Entón, eso ten que ver coa xeración de novos servicios educativos culturais de calidade onde os contidos se adapten a outro tipo de necesidades, é dicir, a un tipo de necesidades tan complexas como as que estamos vivindo en cidades e

vilas e onde non pode falar, non hai unha soa voz senón moitas voces e diversas da sociedade civil que as reclama. No caso da cidade de Santiago, pois esta solución dos procesos de transformación, pois tivo que ver con temas de transformación non só nos temas do ámbito do físico, senón tamén noutros ámbitos que intentou corrixir déficits e desequilibrios que vimos arrastrando dende hai moitos anos, e ahí é onde aparece esa xeración, de esa multiplicidade de programas que ó longo da mañán desta tarde e de mañá pois van seguir continuamente, pois con nomes distintos. Entón, son novos conceptos. Agora sería o mellor momento de parar un pouco nos programas concretos, pero eu insisto, ó millor eu non contaría nada novo, aquí díxose e estou absolutamente de acordo que o tema de infraestructuras e equipamentos son vitáis, que hai que desenvolver programas de actividade que hai que asumir competencia se realmente queres ter calidade de vida, aínda que non contes con ela e vontades de mellora da calidade dos servicios, pois esixe que os concellos desenvolvan ese tipo de políticas compensadoras, renovadoras, transformadoras etc..., e entón ahí ábrese un campo moi importante. ◀◀



ESTRUCTURACIÓN ADMINISTRATIVA DOS SERVICIOS EDUCATIVOS MUNICIPAIS

Xurxo Pena

Concelleiro de Educación de Ferrol

» O concello de Ferrol despois de 1 ano e 3 meses que levamos co plan, no contaba cun servizo municipal de educación. Por tanto, estamos nunha certa desvantaxa con outros concellos e estamos ó mesmo tempo no proceso de inicio. E cando decidimos separar o servizo de educación que estaba antigamente nos gobernos unido ó de cultura, pois encontramos a dificultade de ter xente que se dedique o desenvolvemento dos programas educativos, e a maiores outro tema problemático como pode se-lo traballo administrativo de tramitación de expedientes e todo ese tipo de problemas.

E o meu motivo é explicar como vamos a estruturar e como estamos a estruturar e como estamos partindo de cero para deixar unha base asentada nun futuro e que estes programas teñan unha visión a longo prazo. Agora estamos constituindo, levamos dous meses co que é a parte administrativa,



despois nos encontramos co persoal, e despois temos unha parte máis dinámica de desenvolvemento de programas educativos de coordinación e de relación cos centros para que teñan unha certa continuidade cos artigos que marca o concello.

Sería máis un persoal cunha capacitación pedagóxica, que coñezan en definitiva como está constituído o sistema educativo. Hoxe por hoxe vos digo que temos unha prioridade en canto actuacións e deberíamos ampliála, posto que a actuación directa é un pouco a relación que ten o concello co ensino, pois é solo nas escalas de educación no nivel primario. Polo tanto, tense un diálogo mais pulido. En secundaria tamén temos unha serie de actuacións subvencións, posto que nos sirven pois para intentar meter ese vacío que hai dos xóvenes e que intenten seguir. Falabamos onte tamén un pouco de o tipo de intentar aproveitar e buscar o movemento asociativo que hai na cidade. Tiñamos outra dificultade, posto que teríamos que crear o que son da federación de damas, que son unhas federacións que facilitan un pouco o traballo e que sempre van ter un punto donde mirar. Son os mireiros os que estan sempre esixindo cosas. Unha primeira actuación que fixemos foi o santras de cada centro, pois facilitarlles unha serie de medidas para que se constituiran e para ter unha boa relación con eles; a maiores o que intentamos é só nun futuro conseguir establecer uns convenios con eles...

Tamén temos outra serie de relacións, ben sexa con asociacións de veciños, asociacións culturais, movementos de relación pedagóxicas que sempre soen estar moi implicados, pois no que é a acción no, e sempre facilitamos pois que poidan desenvolver as súas xornadas e problemáticas que poidan ter. Ben, isto é como estamos levando a cabo unha serie de políticas e de actuacións.

Outro punto que temos que ter en conta é ver a realidade que hai no concello, a situación do ensino, e iso entra un puoco dentro da ideoloxía. Nós estamos pola potenciación do que é o ensino público, non igualar o ensino público ó ensino privado. En definitiva, pensamos nun ensino público gratuito e que sexa, que ofrezca as mesmas vantaxes.

Ahí é donde temos que actuar e igualar o que son as carencias dos centros escolares e igualalos ó outro tipo de ensino. Entón tamén hai que falar un pouco de inversión que se faga en canto ás instalacións. No concello de Ferrol tamén estamos a facer unhas inversións fortes en cuanto a instalacións e zonas

deportivas. Temos dado pois o que son as condicións das pistas polideportivas, e unha segunda fase que consiste en adecuar e dotar duns efectos mínimos como poden ser os recursos.

Temos o que é a inversión para escolas de educación infantil, que consisten na dotación de parques infantís. Non había e temos que superar o que é a escolarización para os rapaces nos colexios públicos.

A situación particular de Ferrol pois, actualmente contamos con 9 centros de educación infantil, 2 educación primaria e 10 centros de educación secundaria. Isto nos facilita manter un pouco o control sobre a escolarización neses centros. Non é o mesmo que ter un número elevado de centros, entón é unha vantaxe que temos que aproveitar. É moito máis simple pór de acordo a 9 directores, centros educativos, que a 250 que poden ter outros concellos. Os planes específicos deste ano que estamos levando a cabo, pois empezamos polo que é as actividades extra escolares. Estes centros teñen o que é a xornada única. Polo tanto, hai unha parte do día que hai un vacío de oferta e que, ó mesmo tempo, estas actividades extraescolares metelas no propio centro. Estas actividades pretenden ser gratuítas para os rapaces e o mesmo tempo recomendamos pois unha situación que había irregular no tema dos monitores, co tema dos contratos e dalos de alta na Seguridade Social. Outro tipo de actividades xa non tan contidas no tempo son máis puntuais, pois iniciar o que é un programa de teatro infantil, e que se ofrezca ós colexios e que estes mostren a súa predisposición a poder participar.

E como programa non só as ofertas van por aí, senon que tamén se da a posibilidade de que o público en xeral poida acudir a este tipo de actividade. Actualmente temos un programa de educación vial que o iniciamos nas escolas, pero que a maioría se vai a extrapolar, pois vén a asociacións de veciños ou a outros tipos de colectivos que o soliciten como tema de situación actual no que é a educación vial.

Outro tema que estamos vendo que tipo de actuación tenemos é o problema do absentismo escolar que o temos definido e que sabemos que ocorre, pero o que pasa é que aí hai que saber como actuar, ver cales son as competencias e quen é o responsable directo dese absentismo. Se propón aí un pouco as obrigas dos pais, as medidas do centro e as do concello. Ésta é unha fase que está a madurar que se está a traballar, cunhas medidas de tipo perió-

dico e que vamos a ver como atallar, controlar e en definitiva que haxa pois un absentismo escolar menor.

Tamén temos outro programa que é contra as drogas, dirixido ós centros de secundaria posto que é un pouco onde se pode iniciar polos rapaces este consumo. Se trata de facer unha serie de charlas polos centros.

Como vos decía, desde mocidade temos unha programación de contido alternativo. Nós víamos que a determinadas horas, no tempo libre dos rapaces pola noite, había horas vacías e sempre se estaba criticando iso, e fixemos unhas actividades que para a nosa sorpresa foron totalmente exitosas. De feito, moitos rapaces pasaron, en dúas semanas, polas diferentes actividades que concertamos un total de 3500 rapaces cunha media de 300 rapaces nos fines de semana. Isto nos da apoio de máis para volver iniciar este tipo de oferta, e actualmente estamos nunha segunda fase para desenrolar estas actividades e os horarios.

En programa de actuacións especiais, o concello actúa como entidade colaboradora para os rapaces que non alcanzan os obxetivos básicos no ensino secundario, apoiar un programa de garantía social, para o cal fixemos un investimento forte este ano e o vemos como unha inversión de cara o futuro. Nós, para iniciar pois, tiñamos que facer euros e agora o que temos que facer é que esta garantía social se homologue e que pase a formar parte dun plan civil de formación e selección profesional. É un pouco favorecer ós desfavorecidos, persoas que non se sentiron integradas, dándoselles unha segunda oportunidade. Onte falabas ti diso, temos que avanzar niso e deixar proposta a programación de cara o futuro e a outra administración, que é quen realmente ten obrigas en materia educativa, pois o integre dentro. Buscamos tamén, unha actividade que tivera unha demanda laboral e, ó mesmo tempo, digamos que formabamos ós rapaces e despois non quedaban ahí no paro. A medida que decidimos foi ampliar a albañilería a outros tipos de hábitos da construción como poden ser encofradores ou escaiolistas.

Con respecto ás relacións que mantemos no concello con outras institucións ante un problema concreto como é o da integración dos xitanos, pois en Ferrol temos un número moi elevado de xitanos, pois tamén vimos cando chegamos ao goberno municipal pois que había unha situación en desvantaxe con outros concellos de Galiza. Nós, para 250 rapaces escolarizados en Ferrol

de raza xitana, só tiñamos 2 profesores de apoio noutras cidades. O ratio que había entre profesor de apoio e nenos escolarizados era de un profesor 25 nenos. Pois a partir de ahí nos movimos, en colaboración con asociacións que están traballando, servimos un pouco de nexo de unión con outra administración e falar en total de máis profesorado. Agora temos 8 profesores e, bueno, este tema o intentamos integrar.

Con esta mesma asociación pois firmamos un convenio, posto que sigue moi de cerca investigando todo o que son as particularidades destes nenos, que bueno, que intentamos solventar a través da asociación cun convenio que está realizando.

Y como xa para rematar, outro tipo de oferta educativa que temos en Ferrol é un parque didáctico que chaman á conciencia que ten que ver có uso do que é a auga, a mecánica do que é a utilización da enerxía, da utilización dos fomentos. Estamos levando unhas guías didácticas que desterramos ao centro de formación para que tivera tamen unha continuidade.

Y temos pensado para o futuro dous tipos de actuacións que son necesarias como pode ser o tema de parques escolares, dos que temos a idea, pero pola falta de recursos humanos non se pode levar a cabo por agora, e o tema dos parques infantís. E unha obra que xa temos iniciada é a do mar. O concello de Ferrol é marino e poderíase acercar como actividade complementaria ós centros escolares. Iso é un pouco o que estamos facendo en Ferrol e, xa vos digo, moitas veces limitados pola carencia de recursos humanos polo que estamos traballando nese tipo de acción. Dicirvos que moitas actividades estamos desenrolando é a traves de convenios con asociacións, federacións que están xa traballando neses ámbitos e o que intentamos é implicalos cada vez máis niso a través dos recursos económicos. ◀◀

João Nogueira

Vereador da Câmara Municipal de Braga

»» A história da educação em Portugal, tem em termos de democracia um período de cerca de 25, 26 anos. Muita coisa se fez a partir daí, tínhamos uma escola fechada à comunidade, e hoje temos uma escola disponível e com a cultura para a sociedade. Todos nós sentimos e sabemos que toda a população dirige-se aos órgãos do poder que estão mais próximos, e daí quer as juntas de freguesia quer câmaras municipais, são cada vez mais, chamadas e solicitadas a responder a questões que eles colocam.

A educação é o grande futuro, é a grande aposta deste país, é a grande aposta no desenvolvimento, e é óbvio que para responder a esses apelos, teriam de ser alteradas as leis. Teriam que ser aumentadas as competências, sobretudo aos órgãos de poder, que mais rapidamente podem dar as respostas. E por isso, está para regulamentar a lei que prevê que os municípios possam ter uma



maior intervenção nos domínios da educação e nos domínios do apoio social. E isso é importante para que as grandes apostas, apostas que muitos municípios já começaram, mas que efectivamente precisam ter correspondência no dia-a-dia. As competências que os municípios têm são competências muito limitadas, praticamente resumem-se ao o 2º ciclo da secundária na questão dos transportes.

Infelizmente muitos municípios, do lado português, e é a esses que me refiro, têm levado a cabo enormes esforços, no sentido de complementar curricular e extra-curricularmente essas actividades das escolas, independentemente dos seus níveis de ensino. E é por aí que eu queria começar, mas queria fazer antes esta introdução lembrando que os municípios herdaram no ano de 1985 a 86 um parque escolar muito degradado. E a responsabilidade de transportar os alunos, obrigou-nos a um grande esforço, não só na recuperação do parque escolar, como também na construção de um outro, que tenha a competência para os desafios que hoje a educação nos lança. E começando com um nível educacional que é base de todo o sistema educativo português, como os jardins de infância, educação pré-escolar, 1º e 2º ciclos, o município de Braga tem feito uma aposta significativa neste nível educacional, por duas razões: primeiro, porque ela é correctora das simetrias socio-educativas, e segundo, é também promotora do sucesso educativo.

Esse esforço tem sido enorme, porque também reconhecemos que um casal que trabalha, tem muitas dificuldades em deixar cá os seus filhos. E deixar cá os seus filhos, bem acompanhados, bem guardados e alvo de uma educação de qualidade. Muitas vezes eu digo isso, sem qualquer receio, a rede social não dá esta garantia, dá muitas vezes a garantia da guarda, mas não dá a garantia de um acompanhamento e de uma educação que efectivamente possa cumprir os dois objectivos que falei.

E por isso é que nós estamos muito empenhados, e desde à 5 anos a esta parte, que o número de salas de actividade dos jardins de infância de responsabilidade da câmara, passou de cerca de 70 para 105 neste momento. E prevemos para o final do 2001 nós possamos ter cerca de 20 a 120 salas de actividades. Passamos de cerca de 10 a 15 jardins de infância, onde era servida a refeição e prolongamento do lar, educação sócio-educativa. Hoje temos cerca de 32 jardins de infância nessas condições, e portanto estamos a apostar fortemente,

sabendo que esta experiência, deixem-me falar assim, tem efeitos na sociedade, tem efeitos na comunidade, tem efeitos nos pais, nos alunos, e também efeitos no sistema educativo, que importa salientar. Há uma aposta muito importante, e eu penso que essa é uma aposta para ser ganha, porque é uma experiência em que nós estamos. Mas não queremos esquecer também, os nossos alunos do 1º ciclo, este é perfeitamente desprotegido, relativamente a apoios sócio-educativos. Muitos municípios e a Câmara de Braga, têm um conjunto de apoios sócio-educativos, que vão desde os manuais escolares, material didático, transportes, até à comparticipação nas refeições. Mas é evidente que falta regulamentar, falta legalizar esta situação, transferindo para os municípios, as competências e os meios para que nós possamos desenvolver com qualidade e com responsabilidade esta questão, que é também de grande importância. E é por isso, que no âmbito da Associação Nacional de Municípios temos um estudo realizado, que caracteriza toda esta situação, de modo a que o Ministério da Educação, possa delegar por lei, os municípios, com esta capacidade, para que no universo dos alunos do 1º ciclo, possam com todos os seus colegas de outros níveis de ensino, ter acesso a apoios sócio-educativos que aqui não têm. Não irei aos outros níveis de ensino, porque aí, as nossas competências, são ainda menores. Mas é evidente que também temos que estudar para eles um conjunto de apoio e de actividades. Embora eu considere que o caso da educação



pré-escolar, é uma experiência que efectivamente pode ser alargada a outras freguesias e a outros concelhos. É fundamental lembrar que Braga faz parte de uma rede internacional de cidades educadoras.

Os municípios e as cidades, têm também responsabilidades na educação dos seus cidadãos, dos seus munícipes. E uma sociedade quanto mais informada, quanto mais educada, melhor saberá civicamente dar resposta a questões que hoje se colocam, e para as quais as cidades têm cada vez mais um papel importante. Nós lançamos, alguns anos atrás, uma campanha que se chamava, Padrinhos das Escolas. Pretendia-se com esta campanha, ligar uma empresa a uma escola, no sentido de a favorecer relativamente aos seus projectos, nomeadamente ao seu projecto de área-escola. Numa primeira fase, nós tivemos respostas muito positivas por parte de diversas empresas, embora nestes últimos anos essa cooperação caiu um pouco, talvez porque essas empresas não foram devidamente estimuladas pelas escolas do município. No entanto, estamos a já mentalizados para relançar novamente esta ligação, escola-empresa.

Não é querer fugir, mas é também importante que as empresas possam colaborar com tudo isto. Temos ainda que promover uma experiência que eu acho extremamente positiva e que eu penso que talvez está a multiplicar noutros concelhos, que eu chamo escola de educação rodoviária. Há um flagelo neste país as questões rodoviárias.

Foram esgotadas todas as tentativas de tolerâncias zero de vigilância por parte das autoridades, é verdade que nós notamos uma falta de civismo que leva a muitos acidentes, e muitos dos acidentados são jovens. Muitas vezes os meus filhos chamam-me à atenção, porque eu não ponho o cinto de segurança, e eles são os primeiros a fazê-lo. Vou contar um caso muito rápido: quando nós quisemos que nos transportes públicos, as pessoas pudessem guardar em fila o autocarro de uma forma ordenada, não o conseguimos, pesem as várias campanhas que fizemos. Então decidimos, fazer essa campanha nas escolas. Passaram 15 dias e nós tínhamos toda a gente a esperar a sua vez na fila, a aguardar a entrada e saída. Foram os miúdos que chamaram a atenção aos mais velhos. Temos muita esperança, que nesta escola de educação rodoviária possa dar os seus frutos. Tivemos uma excelente colaboração por parte das autoridades, por parte da polícia de segurança pública e não tanto por parte da protecção rodoviária portuguesa, pois esta está perfeitamente desactualizada.

Estamos neste momento a construir uma quinta pedagógica, que terá como objectivo principal, dar a conhecer a agricultura, que não se está a perder, mas que se está a converter na sua tradição mais pura, da tradição minhota, no sentido de que os meninos possam frequentar um curso pedagógico-didáctico e com experiências. Poder executar algumas actividades e algumas tarefas. Isto é, mantermos vivo o conhecimento da agricultura, da produção animal, da produção do estado. E também, fazer dessa actividade pedagógica um espaço de educação ambiental. Há outros municípios que neste momento já têm a funcionar, concretamente o município de Lisboa, e também temos alguns municípios, que neste momento já estão a construir as suas quintas pedagógicas. É uma experiência importante, e que vem a complementar aquilo que muitas vezes a escola nos pode oferecer. E eu lembro que os municípios têm um conjunto de actividades, que vão desenvolver ao longo do ano. E no caso de Braga, a disponibilização de dois autocarros por ano para permitir que os jardins de infancia e as escolas possam fazer visitas. Disponibilizar toda a rede de transportes urbanos de Braga, que cobrem todo o concelho, para que as crianças no interior do concelho, possam visitar sem qualquer impedimento qualquer zona.

São os projectos informáticos, nomeadamente a internet que eu penso que muitos municípios deverão abraçar esta ideia, sabendo que o mundo se vai



abrir muito mais. Nós todos os anos encenamos uma peça, especialmente para os alunos do 1º ciclo e jardins de infância, no sentido de através do teatro e da expressão dramática, eles poderem também estar mais motivados.

Todos os anos, desde já cinco, que nós encenamos uma peça infantil. Montamos workshops, no sentido de também junto com os professores, poderemos dar numa perspectiva diferente para poder prepará-los para isto.

Relativamente ao desporto, que eu considero importantíssimo na formação do aluno, nós temos na Câmara de Braga, um gabinete de apoio a delegação desportiva, que efectivamente corre as escolas do 1º ciclo, completando uma brecha que existe por parte da educação para os alunos do 1º ciclo. É importante disponibilizar espaços, sobretudo construir espaços junto das escolas ou dentro das escolas.

Nós temos um problema na cidade que é a falta de pavilhões desportivos, nas escolas do 2º e 3º ciclo. Eles estão a fazer uma experiência que está a resultar, sabendo que as estruturas cobertas de apoio desportivo não tem grande expressão, e sabendo que, nos invernos perante o tempo que faz, existe uma grande necessidade em espaços cobertos, assinamos um protocolo, que vamos



agora assinar pela segunda vez, numa segunda fase poder cobrir todo o concelho com pavilhões desportivos, com uma filosofia muito simples: durante o dia serve a comunidade escolar, num período pós-léctivo e aos fins-de-semana serve a comunidade municipal ou de ajuda às freguesias, promovendo e desenvolvendo o desporto durante o dia com os alunos da escola, e durante noite e ao fim-de-semana promover o desenvolvimento do desporto, em que entram todos os outros jovens e todos os outros cidadãos. Existem ainda variadas actividades que os municípios levam a efeito, e que não se esgotam naquilo que eu digo. São as comemorações do dia mundial da criança, são as comemorações do carnaval, são as comemorações do Natal, bem como diversas visitas, tais como a Lisboa, onde poderão conhecer a Assembleia da República e uma ida ao jardim zoológico. E portanto, existe um conjunto de actividades, bem como um conjunto de experiências, que quando os municípios nos termos da lei número 160-99, depois de regulamentada, poderem exercer mais competência. Com isto, estou convencido que a educação poderá vir a ser modificada para melhor, e poderá estar mais disponível para responder às preocupações dos pais e aos desafios que hoje e no futuro, vão aparecendo. ◀◀



Francisca Abreu

Câmara Municipal de Guimaraes

►► Para melhor se entender o enorme investimento que a Câmara tem feito em matéria de educação é fundamental Ter presente que herdamos um parque escolar absolutamente degradado, que assentava num modelo de escola ultrapassado, que não contribuía para o cumprimento dos objectivos que os normativos determinam e para as finalidades que a sociedade moderna espera da escola.

Nos últimos 26 anos de implantação e consolidação da democracia em Portugal operaram-se mudanças no critério de educação e de escola, de função da escola e do professor. A escola não é mais e apenas o lugar de instrução, onde aprender a ler e a contar eram os objectivos. A escola deixou de ser o lugar de instrução para o espaço de educação. E esta mudança significa um desafio para todos, para os autarcas, para os pais, para os professores, para a comunidade educativa em geral. As mudanças que se estão a operar arrastam consigo contradições e conflitos que é necessário encarar como absolutamente naturais num processo de construção de uma escola nova. O modelo que todos temos de escola é o modelo de escola antiga, no entanto todos temos consciência que, uma sociedade cada vez mais rápida na mudança, é necessário



construir uma escola moderna, mais participativa, mais democrática. E não é possível construir uma escola nova assente em modelos e paradigmas antigos.

A Câmara Municipal de Guimarães assumindo as competências que a sociedade entendeu conferir às autarquias nesta matéria, e consciente das novas necessidades e imperativos da escola tem investido sobremaneira na educação, contribuindo assim, para a mudança e para a construção de uma escola nova.

Guimarães tem neste momento 99 escolas do 1º ciclo, 12 escolas do 2º e 3º ciclos e 4 secundárias.

Durante muitas décadas as escolas do 1º ciclo foram esquecidas resultando daí uma fortíssima herança no que respeita ao parque escolar. Herdamos escolas degradadas e que não correspondem às novas exigências que se colocam à escola. Por isso temos investido quer na recuperação dos edifícios, quer na construção de novas escolas com espaços diferentes por forma a conferir-lhes maior dignidade e permitir melhores condições de trabalho a professores e alunos.

Outro grande objectivo é a implantação da educação pré-escolar. Porque sabemos da importância das escolas para as comunidades, como muitas vezes, único polo cultural existente, porque temos consciência que o trabalho dos professores do 1º ciclo é, por vezes, um trabalho solitário e porque entendemos que é fundamental para a formação integral e global das crianças e jovens a sua integração dos Jardins de Infância nas escolas do 1º ciclo. Para além das vantagens pedagógicas que daí resultam, permite às famílias um melhor acompanhamento dos seus filhos, uma melhor e maior participação na vida da escola e permite-nos uma mais adequada gestão dos recursos humanos e físicos.

Vivemos num tempo de mudanças rápidas e avassaladoras, temos uma população escolar heterogénea nos valores, nas atitudes, nas regras do comportamento, no vocabulário, o que obriga os professores a diversificar estratégias e a recorrer a novos instrumentos e ferramentas. Para permitir enriquecer e valorizar o processo de aprendizagem temos investido fortemente no equipamento, quer dotando as escolas de mobiliário moderno, quer de equipamento vário, retroprojectores, televisores, e vídeo, gravadores, fotocopiadoras, computadores. E neste momento temos já preparado um protocolo com o Ministério da Ciência e Tecnologia para que a internet seja instalada em todas as escolas 1º

ciclo do nosso concelho. Aderimos ao programa de rede de bibliotecas escolares desde o seu início e neste momento temos já 17 escolas devidamente equipadas com bibliotecas escolares.

Se, por um lado a vida moderna não permite às famílias o acompanhamento desejável para os seus filhos, por outro lado as assimetrias e diferenças entre as condições de vida das crianças não favorece a muitas a igualdade no sucesso. Se queremos uma sociedade mais justa e mais equilibrada necessário se torna adotar medidas que não só garantam a igualdade no acesso à educação mas, muito principalmente, a igualdade no sucesso. Para isso investimos na componente de apoio à família pela implantação de refeitórios escolares, neste momento temos já 45 escolas com serviços de refeições o que tem significado um enorme esforço financeiro, quer no que respeita a equipamento, quer na comparticipação às famílias carenciadas. Desde há 2 anos que implantamos um programa de desporto escolar que contempla mais de 50% das escolas do 1º ciclo a que obrigou a um investimento em termos de construção e adaptação de infra-estruturas desportivas e a contratação de professores.

Por último, quero referir o apoio logístico e financeiro que temos prestado às escolas para o desenvolvimento do seu plano anual de actividades de acordo com o regulamento elaborado para o feito, aprovado pelo executivo camarário.



Para além da intervenção directa nas escolas, sempre rejeitando qualquer atitude paternalista e de menor respeito para com os professores promovemos ateliers de dança, teatro, pintura, música, a que desafiamos as escolas a aderir, no sentido de proporcionarem aos alunos outros espaços de formação e de aprendizagem e de contacto com as artes e a cultura, por forma a permitir-lhes estar bem consigo e com os outros e a desenvolver outras formas de expressão. E ainda com este objectivo e com o objectivo de formar cidadãos inteligentes, sensíveis, participativos e felizes, a Biblioteca Municipal Raul Brandão desenvolve um trabalho pedagógico rico e variado em estreita ligação com as escolas. ◀◀



Jorge Fonseca

Câmara Municipal de Chaves

» É sabido que a educação tem um carácter acentuadamente social e não mera e estritamente pedagógico e que a educação não é um fim, mas um meio.

Numa época de globalização como é a nossa, cada representante dos municípios apresentou aqui a sua especificidade e a sua identidade. Na educação deve haver a cumplicidade de todos os agentes que nela participam: Municípios, Conselhos Municipais de Educação, (na minha cidade, Chaves, temos o Conselho Municipal de Educação formado há 5 anos, que reúne e é ouvido e que debate todos os problemas relacionados com a educação), pais, associações de pais, professores, alunos, universidades e por outro lado as empresas, o Ministério do Trabalho, a PSP (ainda ontem tive uma reunião com todos os Conselhos Directivos das Escolas, com a PSP exactamente, no âmbito da escola segura), e com toda a comunidade escolar. A educação deve pro-



mover a qualidade de vida e a preparação de cidadãos para o futuro, numa perspectiva de escola para a vida, numa educação permanente e contínua.

As grandes questões da sociedade devem ser problematizadas: a vivência democrática, a tolerância, a solidariedade, o civismo, a saúde, a habitação, a xenofobia, a droga, a ecologia e o meio-ambiente, a preparação profissional, a inserção no mercado de trabalho, os cursos de reciclagem, o desenvolvimento sustentado, a criação do bem-estar social.

E porque da educação depende o desenvolvimento dos povos e o futuro das sociedades, as câmaras municipais e nós, como agentes delas, devemos ter um forte protagonismo para ajudar a solucionar estes e outros problemas. Devemos criar novos mecanismos de colaboração e participação de toda a comunidade, já que da nossa actuação depende a felicidade e o bem-estar dos cidadãos.

E, todos juntos, devemos sentir orgulho no trabalho que realizamos. E manifestar a nossa confiança no esforço colectivo.

Quanto a Chaves, Chaves é uma cidade com história; em 1979 comemorámos os 2000 anos da criação do município de Chaves, como município romano. Somos riquíssimos em águas minero-medicinais, as mais quentes da Europa, a 73 graus centígrados e que são maravilhosas para curar as moléstias dos ossos, da pele, dos intestinos, das vias respiratórias. Tem um complexo hoteleiro invejável, uma gastronomia exelente, belos jardins; há dois anos fomos a cidade florida de Portugal e eu próprio fui à Alemanha receber o prémio, onde obtivemos também a medalha de prata das cidades floridas da Europa.

A natureza mostra ali toda a sua pujança e podemos dizer que ainda vivemos com qualidade de vida.

Vamos passar, sem mais delongas, a algumas experiências que temos vindo a fazer no campo da educação, no município de Chaves. Já disse que a educação preocupa as nossas câmaras, não só a de Chaves mas também todas as outras. Temos a considerar o ensino pré-escolar, 1º ciclo, 2º e 3º ciclos, secundário, universitário e também o profissional.

Procuramos, através do ensino profissional dar qualificação aos jovens, proporcionando-lhes um bom nível de ensino e começando a inverter o sinó-

nimo de integração precoce dos jovens no mercado sem qualificação profissional, profissionalizando-os e qualificando-os. Nesta perspectiva dum formação global da nossa população estudantil e da população adulta em geral, temos um Centro de Formação Profissional moderno e uma escola de Formação Profissional moderna, aproximadamente há 2 anos, a Escola de Enfermagem a funcionar há 7 anos e o Campus Universitário ainda com instalações velhinhas, onde temos os cursos de formação de professores de 1 ciclo e dos educadores de infância.

O Concelho de Chaves tem uma área enorme de mais de 600 Km. Quadrados, com cerca de 50 mil habitantes onde também se está a sentir a desertificação humana. A população estudantil por seu lado ronda os 10 mil alunos, distribuídos por 28 jardins de infância públicos, 11 jardins de infância particulares, 94 escolas do 1º ciclo com 150 salas, por 3 escolas EB2, 3, 15 escolas do Ensino Básico Mediatizado, 3 Escolas Secundárias e B3, uma Escola Superior de Enfermagem e o polo de Chaves da UTAD, uma escola Profissional, e um Centro de Formação Profissional. Além disso temos a funcionar o ensino recorrente com 8 núcleos, a leccionar o 1º e 2º ciclos.

Há ainda a Universidade Sénior da Autodidacta Flaviense, frequentada por 300 alunos com várias valências: Direito, História, História das Mentalidades, História da Igreja, Geologia e ainda Dança, Música, Desenho, Pintura, Informática, etc.



Apoios educativos:

A autarquia de Chaves, como todas as autarquias aliás, apoia o funcionamento das escolas do Concelho em diversas vertentes. Apoio aos projectos educativos, apoio aos transportes escolares, apoio com dois autocarros da Câmara para permanentemente transportarem os nossos alunos, além dos transportes públicos, apoio para manutenção e pequenas obras e reparações nas escolas. Para as obras serem executadas mais eficaz e rapidamente, transferimos verbas para as Juntas de Freguesia para elas poderem executar essas pequenas obras de reparação e de recuperação dos edifícios. Atribuimos verbas e auxílios económicos directos, quer às Juntas de Freguesia, quer aos agrupamentos de escolas, a fim de que possam adquirir materiais e/ou pequenos equipamentos para as escolas. ◀◀

Salomé Álvarez

Concelleira de Pontevedra

►► Pontevedra é unha cidade que ten 72 mil habitantes. Unha cidade concello na que o 40% máis ou menos de concello é rural. Polo tanto, a cidade conta cunhas características especiais e no que existen 26 centros de ensino, que son responsabilidade relativa no mantemento e na atención dos servizos, do concello, a parte de 9 institutos de secundaria.

É unha cidade que con respecto a outras cidades, como por exemplo Vigo, ten poucos centros de iniciativa privada e é unha cidade na que a maioría do alumnado é de centros públicos.

Os concellos vanse copiando uns a outros e vamos tratando de que aquelas experiencias que funcionaron nun sitio pois aproveitálas, e por iso hai elementos repetitivos, e por iso procurarei centrarme nun conxunto de actividades que levamos desenvolvido neste ano. Dicir que tamén, como en outros



concellos, nós levamos no goberno municipal 1 ano e 3 meses. Dicar que tamén a actuación do departamento de ensino non era boa, non existía realmente un departamento de educación, que estaba un pouco mesturado todo e nunca se lle prestou demasiada atención ó que é un pouco a iniciativa do concello e potenciar as actividades hacia os centros de ensino. Polo tanto, tódalas cidades tiñan xa una traxectoria dende fai anos, e nós acabamos de empezar. De todas formas, dicir que estamos moi satisfeitos deste ano por realmente o conxunto de actividades que ofertamos ós centros de ensino e a participación masiva que houbo nos centros de ensino, dos escolares non só de Pontevedra, senón tamén de moitos concellos limítrofes. Houbo actividades de teatro na que participaron 11 concellos dos arredores e outros nove. E dicir que este ano foi un ano de moitísima actividade e, por suposto, non é momento nin hai tempo de relatar todas elas.

Dicar que, un pouco, vou a centrarme en 2 ó 3. Dicar tamén que solicitamos este ano a inclusión de Pontevedra nas cidades educadoras e foi en principio admitida a nosa solicitude e que se ratificará no congreso de Lisboa e que, por tanto, estamos traballando nese camiño, estamos deseñando un proxecto que realmente incida en toda a cidade, ¿non?, e claro, isto como non destapa a ninguén, é tremendo porque incide en toda unha acción de goberno poque todo serve para educar e todo debería educar nesta acción de goberno. Entón, o que vamos tratar de facer é empezar por un barrio pequeno, tratar de implicar ás asociacións veciñáis, aos centros de ensino que estén nese barrio, ás empresas, a tódalas institucións e empezar a traballar en proxectos moi completos. Temos pensado dous, que serían un de educación vial e outro de educación medioambiental, empezar a traballar con todo o que se mova nese barrio e tratar despóis de ir extendendo este modelo paulatinamente a outras areas, en todas as concellerías que existan no concello.

A nosa idea foi tamén aproveitar a cidade, o noso centro histórico como escenario e que fose mellor coñecido polos escolares, participaran máis, que houbera unha interrelación entre a cidade e o que son os centros de ensino e que non vivan de espaldas, a escuras, e que participen e coñezan realmente ese patrimonio que temos e aprendan tamen a quere-lo e a respetalo.

Voume centrar, aínda que antes direi que moitos dos centros, máis da metade dos centros, están nas zonas ruráis e periféricas. Entón, isto era un problema para as actividades que se facían, pois non había igualdade de oportu-

nidades para tódolos nenos. Entre os nenos do concello e os nenos que están na cidade de Pontevedra podían asistir a todas as actividades porque iban andando, a pé, en cambio os alumnos da perifería estaban moi limitados. Entón o que fixemos pois foi para todas estas actividades do concello poñerlles un autobús ós alumnos da periferia que paga o concello e con este motivo pois todos asisten absolutamnte a tódalas actividades.

Voume centrar, volvo dicir, en 3 ó 4 aspectos que o mellor pois son mais singulares polo que é Pontevedra e determinadas características o mellor, do que escoitei eu aquí, pois foron menos repetidos.

Este ano que se cumpre o 50 aniversario do pasamento de Castelao, que foi un ilustre personaxe galego moi polifacético en moitos aspectos, humorista, político, escritor, debuxante, pintor, etc... e o concello de Pontevedra con este motivo fixo de forma institucional o ano 2000 o ano de Castelao. Polo tanto, ó longo do ano desenvolvéronse moitísimas actividades que non vou aquí a relatar: actividades de todo tipo desde congresos, exposicións, premios, concursos, un rateiro castelao, publicacións etc... e que en todos eles participaron moi activamente os centros escolares, ben con actividades no propio centro, ben con actividades no pazo da cultura, ben con actividades nas rúas de Pontevedra. Polo tanto, foi un ano que aínda non rematou ao longo de todo o ano, e con algúns aspectos que non quedan reducidos a este ano, senón que haberá iniciativas que se seguirán en anos posteriores.

Outro plan que fixemos que tivo tamén moita participación foi un plan municipal de animación á lectura o que nos parece que é fundamental sobre todo dende os máis cativos, os máis pequenos. Entón isto desenvolveuse con moitas actividades. Houbo algunha de taller dirixida aos propios ensinantes para traballar este aspecto, dirixido ós pais e nais para traballar este aspecto. Houbo a figura da mala rulana, é dicir, un personaxe que foi por tódolos colexios con contacontos facendo que os nenos participaran, pero, sobre todo, había que resaltar un dos eventos, poderíamos dicir, que foi o 1º salón internacional do libro que se desenvolveu o outono pasado e foi unha memoria dirixida para recuperar a literatura oral. Entón aquí houbo talleres, contacontos, presentación de libros, promoción e animación da lectura nas bibliotecas, nos centros exposicions, etc... e que este ano imos facer no mes de decembro do 10 ó 17, dedicado á poesía. E, desde os máis pequenos si que hai que incidir un pouco no coñecemento dela e tamén no mes de abril con motivo das conme-

moracions do libro pois tamén dirixida nas prazas, centros escolares... tivo moi-tísima participación do alumnado.

Un ciclo de teatro que tamén é algo que chega moi ben ós escolares, pero é algo que se ten bastante olvidado. Se elixiron varios títulos para primaria e secundaria de varios días. A mostra internacional de títeres pois se fixo o ano pasado o primeiro, este ano fixemos os días pasados o segundo; teatro de barrio que leva as parroquias, ás zonas rurais, ós barrios periférico. Aínda que o teatro sempre foi moi popular, sen embargo últimamente a xente non asiste o teatro, perdeuse un pouco - non sei aquí en Portugal - este contacto do público có teatro. Entón foi moi gratificante ver a aceptación que tiña, na xente maior, os teatros polas parroquias.

Despois, actividades de formación para os mestres, monitores de teatro, pois un pouco para que sigan esto. Porque vamos facer este ano unha mostra de teatro afeccionado e hai moitos grupos que están xurdindo nos centros de ensino, dos centros de secundaria e dar un pouco de continuidades a estes grupos de teatro e que despois poida existir unha relación entre eles.

E despois, outro plan que tamén resultou ben, que empezamos o ano paado, pero que non dou tempo a rematar e que vamos a seguir este ano é un plan de autoprotección dos centros escolares. Nestes momentos, aínda que a Lexislación obriga a que tódolos centros teñan un plan de autoprotección, polo menos no concello de Pontevedra a maioría dos centros non o teñen ou non o teñen nas condicións en que deberían telo, entón esto foi con varios obxectivos. Un obxectivo foi coñecer có mínimo detalle cales son as condicións de seguridade de tódolos centros que temos neste momento, con un aspecto que va a ver o mais mínimo detalle que as veces pasa desapercibido. Foi un mes moi sorprendente, ver que moitas direccións dos centros se quedaban asombrados de que nunca se percataran de determinados aspectos que hai que coidar na prevención e na seguridade do centro.

E tamén mentalizar ós alumnos, ó profesorado, ós pais un pouco sobre estas cuestións, sinalizar os centros, facer un plan de evacuación e sobre todo facendo relación a educación vial, da que se falou aquí un pouco anteriormente, que é o mais interesante e tamén está bastante descoidada, a lo menos neste concello. Entón, un pouco educar dende moi pequenos neste que é a prevención, a seguridade, a educación vial, a educación dentro do centro.

Relataba antes unha trama morta, paréceme que foi Braga non o sei, e dicía como os nenos inciden nos maiores naquelas escolas onde estamos facendo educación vial, pois tamén os nenos lles din ós pais pois que non pasen o semáforo en vermello, que esperen...etc. e que hai que estar educando moitas veces ós maiores un pouco no noso comportamento e na educación vial e tanto ós peatons e conductores.

E - xa remato - estamos facendo varias unidades didácticas para o coñecemento de Pontevedra e o mar, Pontevedra e a Historia, Pontevedra e o Salón do Lérez e que é unha zona moi bonita de Pontevedra , cunhas posibilidades medioambientais e con rutas de senderismo pois para explorar a flora e a fauna...

E para rematar. Falou antes tamén outro intervinte do programa de noites abertas que lle chamamos, que é unha iniciativa que nós copiamos do concello de Xixón, pero que no concello de Pontevedra, me parece que aquí en Galicia foi o primeiro concello en que se fixeron e coa idea de estar o que se chama movida, non sei, se entende en portugués, noites locas, xuventude, moitas veces a súa única diversión pois é o alcohol, estar ata altas horas da noite, entón se veu a posibilidade de tratar levar a esa xuventude que sale as noites do fin de semana a outras posibilidades de ocio.

Pero o que digo que me parece, que pártese un pouco de abaixo, é dicir, non foron actividades dende o concello impostas, senon que se contou dende un principio coa base xuvenil, con asociacións xuvenís do concello, asociacións culturais, e a partir de ahí partiron as propostas, que querían, cales eran as súas demandas, e eles son os propios que organizan e participan nesas actividades. E tivo un éxito moi importante, pasaron moitísimas mozas e mozos. Houbo de todo, pero vou a relatar un pouco o tipo de cosas que lle poderían interesar que se fixeron o ano pasado, e este inverno vaise facer a segunda edición, e volvo a dicir que é un pouco implicar a xuventude neste proxecto, pois foi quizá o maior acerto do mesmo e xa remato porque o tempo...

Dicir simplemente que tamén eu son conselleira da muller no Concello de Pontevedra. Entón a idea tamén é traballar un aspecto coas dúas concellalías que é o tema da igualdade do xénero, que tamén penso que é un tema que está pouco explotado, pouco traballado e un pouco incidir na pre-

vención da violencia desde pequenos, porque todo o que fagamos serán sempre parches, e mentres non incidamos realmente na educación dos nenos desde pequenos e os mozos e mozas un pouco en todo isto, pois todo o demáis son sempre parches e nunca conseguiremos unha sociedade xusta e igualitaria. ◀◀

Javier Vilaronga

Vilagarcía de Arousa

►► Para situarse, convén saber que Vilagarcía é un concello de 34.000 habitantes polo que non podemos te-la organización da que dispoñen Ferrol, Santiago ou A Coruña.

Co obxecto de poñer en marcha iniciativas que supuxeran unha mellora da ensinanza na nosa cidade, deuse un maior protagonismo ó Consello Escolar municipal, un órgano que está composto por persoal relacionado coa educación dende diversos ámbitos, polo que aporta distintos puntos de vista.

Así xurdiu, dada a importancia que a lectura ten para o desenvolvemento persoal e académico das persoas, a campaña de ANIMACIÓN Á LECTURA, para o que se precisou a axuda dos profesores e procurando implicar tamén ós pais.



O Concello prestou os libros ós alumnos durante o tempo da CAMPAÑA. Cada libro foi intercambiado varias veces entre os compañeiros da mesma clase coa orientación do profesor. Os libros ían acompañados dunhas fichas de lectura que tiveron que cumprimenta-los propios lectores. Ó remate de campaña, o alumno tiña que responder unha enquisa sobre esta campaña.

Era convinte que os nenos leran na súa casa, para o que se pediu a colaboración dos pais, de xeito que:

- Se interesaran no libro que estaba a le-lo seu fillo nese momento.
- Comentaran a historia sobre a que trataba o libro.
- Lle miraran a ficha de lectura e, se cómpre, lle axudaran a cubrila.
- Lles auxiliaran a contesta-la enquisa ó remata da campaña.

A actividade destinouse ós alumnos do 3º curso de educación primaria (8-9 anos). Participaron tódolos colexios agás un privado, que non mostrou interese, cun total de 323 nenos e nenas participantes.

Como remate desta campaña, realizáronse dúas sesións de contacontos ás que asistiron tódolos rapaces que participaron na campaña e fíxose unha exposición cos murais que cada clase fixo sobre o libro que máis lle gustou.

A valoración da campaña foi moi positiva, baseándose na cantidade de libros que foron lidos polos rapaces, a boa colaboración mostrada polos profesores e a implicación que tamén tiveron os pais.

Neste ano vaise continua-la campaña ampliándose ós alumnos de 4º.

En estreita colaboración coas comisións do Consello Escolar Municipal, fíxose unha enquisa entre os centros de educación do concello relativa a material dispoñible, transporte, comedor, seguridade, barreiras arquitectónicas, biblioteca ou persoal docente e non docente. As enquisas ían dirixidas ós alumnos, asociacións de pais e persoal docente.

Tamén se fixeron enquisas ós alumnos de 4º de ESO (16 anos) e de bacharelato sobre o coñecemento que tiñan das opcións educativas, se consideraban axeitada a oferta educativa e cales eran os criterios nos que baseaban as súas decisións académicas ou profesionais máis próximas.

Outra iniciativa foi a celebración dunhas xornadas de consumo tituladas AROUSA CON TRES ERRES (REDUCIR, REUTILIZAR E RECLAR. Desenvolvéronse durante tres días, en horario de 17 a 20 h. O obxectivo fundamental era que os rapaces reflexionaran sobre a implicación que un mal consumo ten no deterioro do medio ambiente. As xornadas estruturáronse en dous apartados ben distintos: un congreso e talleres. No congreso incluíronse 4 ponencias:

- O medio ambiente aurosán.
- Como afecta o noso compartamento consumista ó medio arousán.
- Os procesos de reciclaxe: resposta institucional.
- Axudar ó medio ambiente: reducir, reutilizar e reciclar.

No transcurso dos talleres, os rapaces aprenderon a reciclar papel e construír distintos obxectos, como coches ou cestos, partindo de tetrabriks ou do papel que antes reciclaran.

Unha vez rematadas as xornadas enviouse, a cada participante un dossier co contido das conferencias e as conclusións do congreso e material didáctico para que puideran seguir reciclando e reutilizando.

Outra das actividades desenvolvidas dende a concellería de educación foi a titulada ESCOLARTE. A iniciativa xurdiu da Casa das Artes de Vilagarcía na que participan artistas, algúns deles tamén docentes. Pensaron que ESCOLARTE sería un bo camiño para que os máis xoves coñezan o mundo da arte dunha forma diferente: máis próxima, máis familiar, máis íntima.

A actividade consistiu en facer unha exposición itinerante de pinturas de artistas propostos pola Casa das Artes. En cada colexio estivo 1 semana. Cada traballo ía acompañado dunha ficha na que se incluía información sobre a técnica empregada, o prezo e outros datos de interese. Paralelamente, nos colexios impartíanse charlas e realizábanse outras actividades relacionadas coas obras expostas impartidas ou dirixidas por membros da Casa das Artes. No seu transcurso, entregáronse ós rapaces participantes unhas follas tipo que debían cubrir e que logo foron expostas na Casa da Cultura Municipal xunto coas obras integrantes da exposición itinerante.

Entre os escolares participantes outorgáronse premio consistentes en material de pintura, libros, diplomas, etc.

Neste curso que acaba de començar, estas traballando na posta en marcha do programa COÑECE VILAGARCÍA, co obxectivo de que os escolares coñezan mellor o seu contorno. Tódalas actividades desenvolveranse mediante unha serie de visitas ós lugares de interese. Os aspectos a tratar serán:

- O transporte: Autobuses urbanos e interurbanos, o ferrocarril e o porto.
- A biblioteca.
- Os medios de comunicación: radio e prensa escrita.
- O concello e os seus órganos.
- O comercio: a praza de abastos, o centro comercial, o mercado.
- Itinerarios culturais, pazos, castros e parroquias.
- Industria, con referencia ás mais importantes.

Seguridade cidadá e servicios sociais: a Garda Civil, a Policía Local, a Nacional, a Cruz Vermella, Cáritas Interparroquial e Protección Civil.

VIVE O TEATRO

Neste curso académico celébrase a XIII edición. Participan tódolos centros escolares, públicos o privados, asociacións de veciños e colectivos culturais e os pacientes do servizo de prevención e axuda ó drogodependente. Cada grupo ten o seu taller de teatro, no que preparan a súa representación teatral. Comenzan a actividade co inicio de curso, para face-la súa actuación entre os meses de maio e xuño.

En cada colexio fórmanse varios grupos, cada un dos cales ten un monitor, que adoita ser un profesor. Dado o arraigo que esta actividade vai tendo nos centros, nalgunhas ocasións son as asociacións de pais de alumnos as que contratan o monitor. Tamén é de destacar que ás veces o propio grupo é o autor da obra que van representar. ◀◀

José Luís Méndez Romeu

Concelleiro de Educación de A Coruña

►► Permítanme hacer una reflexión de carácter general sobre el momento en el que están estas políticas educativas de las ciudades en nuestros países, en nuestras ciudades y sobre la previsible evolución en el corto plazo.

Saben ustedes que, cuando hablamos de escuela y ciudad hablamos fundamentalmente de una línea de pensamiento, de una línea de trabajo que tiene menos de treinta años, una línea de trabajo que comienza en los años setenta con las formulaciones, en aquel momento teóricas, de la UNESCO, con el informe FORD sobre la empresa Ser, y con algunos documentos de reclusión, pero que en la democratización de los países y, por tanto, nos encontramos con una experiencia que comenzó a desarrollarse en medio de una crisis económica y en medio de la adaptación a la situación de la Europa comunitaria por parte de las ciudades de Portugal, de las ciudades de Galicia y del resto de España.



Hoy, cuando hablamos de políticas lucrativas, y se ha visto en los paneles de intervención y en los paneles de intervención de hoy, hablamos en general de líneas de trabajo coincidentes, de líneas de trabajo que son herederas en el pensamiento de esos años, que han incorporado cuestiones muy importantes, han incorporado, por ejemplo, las reflexiones del movimiento por la desescolarización, reflexiones del movimiento de la pedagogía institucional, reflexiones que proceden de la pedagogía activa de los años setenta, reflexiones que proceden de la nueva psicopedagogía y, en general, de las aportaciones de las teorías de aprendizaje, de la cuestión crítica, del currículum y de otras muchas fuentes teóricas, y visiones que proceden, sin duda, de lo que significa en Europa Occidental el movimiento de cambio social que tiene su epicentro, su manifestación más evidente en Mayo de 1968, un conjunto de iniciativas que podríamos resumir diciendo que la sociedad ha asumido en nuestra época que, la enseñanza, que el sistema educativo, que la escuela, que la enseñanza, en término general, es demasiado importante como para dejarla exclusivamente en manos de los profesionales, al igual que ocurre con otros sectores sociales, hoy la sociedad quiere también voz y parte en todos los debates que tienen que ver con la política educativa.

A partir de ahí, todos más o menos, nos estamos moviendo en torno a cuatro ejes de actuación, cuando hablamos de ciudad y normas, con todo lo relacionado con las actividades complementarias, es un primer nivel en el que todavía existen objetivos comunes, el objetivo es lo que está planteado en el currículum aunque existan estrategias opcionales. A partir de ahí, en casi todas las ciudades hemos abordado un segundo nivel más complejo que es la definición de proyectos propios, de proyectos de ciudad, de proyectos donde ya los objetivos son específicos, los definen los organismos políticos de las ciudades, las cámaras, los ayuntamientos, en otros casos, los órganos de participación donde se actúa con enfoques totalmente profesionales, aparecen en escena otros perfiles de trabajadores especializados, y donde se persiguen objetivos diferentes ya al currículum. Ahí hay una enorme gama de actividades que tienen que ver desde la extensión cultural, planteados a hacer a través de los centros de enseñanza de las redes educativas actividades que de otra manera sería difícil que llegara a la población, por ejemplo, enseñanzas musicales, enseñanzas de idiomas, acceso a la nueva tecnología, plantearnos también ahí, trasladar a los estudiantes como segmento específico de los ciudadanos el acceso a las manifestaciones artísticas, o la investigación científica ecológica, las facili-

dades para acceder a los museos, las facilidades para probar contacto con las disposiciones artísticas, el nuevo enfoque de las bibliotecas públicas o de las bibliotecas escolares, son ejemplos en este Tribunal.

Hay a partir de ahí, un tercer nivel, donde también muchas ciudades nos hemos involucrado, que es el nivel de los valores o de las aptitudes, algunos distintos a la escuela pero complementarios, por ejemplo, el interés en crear los puestos de las estructuras de participación cuando queremos que a través de consejos o a través de movimiento asociativo, los ciudadanos, los que participan directamente en las escuelas, que son padres, madres o profesores y otros ciudadanos como lo especialistas de la universidad, etc... formen parte de obras de participación, lo hacemos, en la idea, en la creencia de que esos deben ser los órganos en los que podamos probar el pulso a las inquietudes educativas, y adaptar de manera sistemática el conjunto de los programas que hacemos. Eso ha dado lugar, evidentemente, a distintas estructuras de diálogo y de participación y a resultados, más o menos prácticos, y en un cuarto nivel, en el que el momento actual estamos todos también caminando, es en la gestión compartida, ya no se trata solamente de que los organismos públicos, las cámaras locales, seamos capaces de desarrollar nuestras propias iniciativas a través de nuestros funcionarios, a través de nuestras estructuras. Aparece la necesidad y la conveniencia de acudir al tercer sector, el sector de las organizaciones sin ánimo de lucro, el sector de las organizaciones no gubernamentales, de las fundaciones, de las empresas especializadas que pueden desarrollar estos objetivos de políticas educativas, que los hacen, además, en condiciones, a veces, más interesantes que forman parte de sus propios objetivos, que corresponden a otros intereses o a otros segmentos de la sociedad, y que permiten además, actuar a través de distintos mecanismos de cooperación, desde la gestión legal, es decir, la contratación al tercer sector, de paquetes o programas de actividades dirigidas a los centros de enseñanza, hasta los convenios que permiten recoger iniciativas de ese sector y transformarlas en política educativa. He aquí, evidentemente, un conjunto de problemas políticos muy interesantes que no podemos discutir ahora en profundidad, simplemente adelantaré un dato, al menos, una manera que nosotros hemos llevado, no hasta las últimas consecuencias pero sí avanzado bastante, y es la idea de que lo público se define por la titularidad y no por el estatuto de los trabajadores. Los servicios públicos, son públicos porque se financian con recursos públicos y porque se controlan

con responsables públicos no porque estén gestionados por empleados públicos. Evidentemente, esto también tiene una implicación directa en la generación de empleo, el tercer sector, el mundo educativo, al igual que ha ocurrido en el mundo de la cultura o en el mundo de los servicios sociales, ha generado empleo importante y además de manera próxima.

Bien, a partir de aquí, ¿a dónde nos encaminamos previsiblemente en los próximos años, teniendo en cuenta las experiencias de ciudades similares en la Unión Europea? Sin duda, en primer lugar, hacia la integración de las políticas educativas, de las políticas de formación ocupacional, es decir, de una parte de las políticas activas de empleo, están relacionadas, también con la enseñanza, o sea, comentaba aquí esta misma mañana algunas iniciativas en ese sentido: toda la reestructuración actual de las organizaciones profesionales va a dar lugar a un papel nuevo de las cámaras municipales en este campo. En segundo lugar, también hacia la participación más intensa en los procesos de enseñanza de las personas adultas o de formación continua o de duración permanente, es decir, hacia la oferta de servicios para las personas que ya están fuera totalmente del segmento educativo, que son personas adultas pero que son personas que demandan formación, y demandan formación además en segmentos muy distintos a la educación, desde los jóvenes que no han accedido a cualificaciones suficientes y que piden una formación complementaria hasta las personas que se incorporan, a través de los centros institucionales o de los centros cívicos, a una demanda que situaba actividades formativas sobre actividades de ocio, hasta las personas de la tercera edad que demandan una formación de tiempo libre, porque la tercera edad, encubre un período creciente de la vida hasta las personas que todavía están en edad activa, pero que sin embargo están siendo desplazadas del mercado de trabajo por procesos de jubilación anticipada, de reclasificación, etc. Todo este conjunto de ciudadanos demanda necesidades de formación progresivamente más especializadas, más diversificadas y a las que habrá que hacer frente, no ya desde las políticas existenciales o compensadoras, propias de los servicios sociales, sino abiertamente desde las políticas educativas relacionadas con la educación permanente, aunque ahora nos parezca dar un paso nuevo, estaba ya esos documentos fundacionales de 1970.

Nos dirigimos sin duda hacia una pedagogía del ocio, una pedagogía del ocio que requiere a su vez perfiles profesionales nuevos, que requiere un sistema de detección permanente de necesidades, como decía las necesidades son

cambiantes. Hoy nos encontramos con personas mayores, mayores en un sentido antropológico porque todavía tienen una larguísima vida activa por delante, que demandan servicios especializados de formación parauniversitaria, y ahí se están comprometiendo algunas universidades ya, con los programas de cuarto ciclo o que demandan formación en nuevas tecnologías o que demandan formación precisamente en los mismos aspectos que nosotros estamos ofreciendo a las personas más jóvenes que todavía están escolarizadas; y nos dirigimos también hacia una mayor comunión, o una mayor identidad de las políticas culturales con las políticas educativas.

Hoy no se concibe ya, una política de divulgación cultural que no tenga permanentemente como uno de sus rasgos específicos, una línea de explotación didáctica, cualquier gran exposición que hoy se organiza en nuestras ciudades, cualquier gran evento musical, cultural, etc., normalmente tiene que llevar aparejada una línea de explotación didáctica dirigida a los públicos con los que hasta ahora estamos trabajando, y esto progresivamente tendrá que ser un factor mas centralizado por dos motivos:

- Uno, porque tenemos que buscar los medios de sacarle la mayor rentabilidad a estas grandes inversiones.
- En segundo lugar, porque sólo se justificará el coste creciente de los productos culturales si se consiguen romper las barreras de los públicos cautivos o del elitismo que va asociado a muchas de estas manifestaciones. Y, finalmente, nos dirigimos también hacia una mayor identidad entre las políticas de expresión educativa que hemos venido desarrollando y las iniciativas universitarias.

La universidad al igual que los demás niveles educativos, no puede ser ya una institución de alto consumo que produzca formación para sus propios alumnos, sino que está llamada, y de hecho lo está haciendo, a participar en más iniciativas de formación de las personas que están en el mundo laboral, de las personas que están en condiciones especializadas; formación que se hace en unos a la carta y en otros como parte del propio proceso de extensión universitaria, y en cualquier caso se hace necesario orientar muchas de estas formaciones hacia las necesidades que el sistema educativo o que las políticas educativas locales, estamos detectando en el día a día. Hoy, el perfil de profesionales que se necesita para desarrollar la política educativa avanzada, de las que hemos visto a lo largo de estas jornadas y de estas ciudades, requiere unas for-

maciones especializadas, en algunos casos distintas a las que hasta ahora se han impartido, no vale ya la formación tradicional universitaria orientada a formar a unos profesionales dirigidos, a unos perfiles que han evolucionando profundamente, se hace necesaria una formación formalmente de postgrado que vaya dirigida a la respuesta a estas iniciativas. Son, por tanto, estas líneas de trabajo: formación ocupacional, educación de adultos, pedagogía del ocio, educación cultural y universidad, las que probablemente van a constituir la agenda de nuestros problemas en los próximos años, de las políticas educativas locales, y desde luego las que están presentes ya en algunas de las ciudades de tamaño medio de los países de la Unión Europea hacia los que de alguna manera tendemos a normalizarlos en los próximos años. ◀◀



